
**RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO DE 2020**

MAPUTO, FEVEREIRO DE 2021

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Enviar a (os):	Data
Sua Excelência Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência Vice - Ministra da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF,IP	
Delegados Provinciais do CEDSIF, IP	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
CUPA	Cadastro Único do Produtor Agrário
CUT	Conta Única do Tesouro
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado
e-Tributação	Sistema Electrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionário e Agente do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MAD	Módulo de Avaliação de Desempenho
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MAP	Módulo de Administração de Pessoal
MN	Modelo de Negócio
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEQP	Módulo de Elaboração de Quadro de Pessoal
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPO	Módulo de Planificação e Orçamentação
MPOR	Manual de Planificação e Orçamentação
MRS	Módulo de Recrutamento e Selecção de Pessoal

NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PES	Plano Económico e Social
PESOE	Plano Económico Social e Orçamento do Estado
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
PRF	Preço de referência
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SINEM	Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
e-SNIP	Aplicação informática do Sistema Nacional de Investimento Público
SNGP	Sistema Nacional de Gestão de Pensões
SNV	Sistema Nacional de Vencimentos
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa
VPN	<i>Virtual Private Network</i>
VTA	Visto do Tribunal Administrativo

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	13
1. INTRODUÇÃO	13
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	14
2.1. DISPONIBILIZAÇÃO DO E-SISTAFE E CONSOLIDAÇÃO DAS REFORMAS DO SISTAFE JÁ IMPLEMENTADAS	14
2.2. CONCLUSÃO DAS REFORMAS PREVISTAS NO SISTAFE.....	17
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE.....	24
2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF.....	27
2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL	28
2.4.2 RECURSOS HUMANOS.....	31
2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	33
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	34
4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	42
5. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2021.....	45
6. ANEXOS	48

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório reflecte os resultados da implementação do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) do CEDSIF, IP no exercício económico de 2020, cujo processo de execução ocorreu num ambiente adverso face à eclosão da pandemia do COVID 19, que condicionou a realização de uma série de actividades de forma presencial, e exigindo fortes medidas de distanciamento social entre os colaboradores do CEDSIF, IP, bem como entre estes e os utilizadores do e-SISTAFE. Não obstante o contexto adverso os resultados alcançados foram positivos, sendo de destacar como principais realizações, o seguinte:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado, o e-SISTAFE, para um total de **1.516** órgãos e instituições do Estado – Unidades Gestoras Beneficiárias de uma parcela do Orçamento do Estado (UGB) ao nível central, provincial e distrital, das **1.610** UGB existentes com tabela de despesa no Orçamento do Estado de 2020, o que corresponde a **94,16%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE. Importa destacar que o e-SISTAFE está operacional em **152** distritos, dos **154** existentes, com excepção dos distritos de Limpopo, na Província de Gaza, e de Luabo, na Província de Zambézia. Foram ainda criados e encontram-se operacionais os laboratórios do e-SISTAFE nos distritos de Vilanculos na Província de Inhambane, Cuamba e Marrupa na Província de Niassa, e Montepuez na Província de Cabo Delgado, e efectuou-se o apetrechamento, com equipamento informático, dos laboratórios dos Serviços Provinciais de Economia e Finanças de Inhambane e Niassa, que também se encontram operacionais.
- Processadas com sucesso, face à disponibilidade do e-SISTAFE, um total de **8.519.310** de Ordens de Pagamento (OP), número este que revela um crescimento na emissão de OP na ordem de **4,7%** face às **8.134.047** processadas em igual período de 2019; e executada a despesa pela Via Directa (pagamentos efectuados directamente da Conta Única do Tesouro – CUT para a conta do beneficiário final, sendo estes fornecedores de bens e serviços, Funcionários e Agentes do Estado, entre outros) em **68,71%** da despesa total do Estado, o que representa um decréscimo na ordem de **0,78%** face ao desempenho registado em 2019, que foi de **69,49%**. Contudo, em termos de valores absolutos, em 2020 a execução da despesa pela Via Directa foi de **316.031.138.279,31 MT**, contra o montante de **276.771.707.761,80 MT** em 2019, o equivalente a um crescimento nominal de **14,18%**.

- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processamento e pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) até 31 de Dezembro, a **333.078¹** Funcionários e Agentes do Estado (FAE), de um total de **349.201** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) e com Prova de Vida realizada, o correspondente a **95,38%** dos FAE cadastrados.
- Reforçadas as competências técnicas dos actores que executam os processos do SISTAFE e elevada a qualidade dos seus actos, bem como o desempenho das instituições públicas, mediante a formação e reciclagem de **3.548** utilizadores do e-SISTAFE, sendo **1.193** a nível central e **2.355** a nível provincial nas diversas aplicações.
- Coordenada a revisão da Lei do SISTAFE, tendo sido ajustada aos processos e procedimentos actuais de administração do erário, que incluem a descentralização em curso no País, tendo sido aprovada pela Assembleia da República a nova Lei do SISTAFE, Lei nº 14/2020, de 23 de Dezembro de 2020.
- Efectuadas melhorias nas funcionalidades do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) desenvolvidas no ano de 2019, que permitiram o início do piloto, tendo este consistido (i) na formação de utilizadores dos sectores seleccionados para o piloto, (ii) simulação da elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) no MPO em ambiente de treino.
- Efectuadas melhorias no Módulo de Execução Orçamental (MEX) com destaque para (i) a sua adequação para o uso pelos órgãos de governação descentralizada provincial, tendo sido possível carregar o seu orçamento e executar a despesa, transferir os FAE e efectuar o pagamento de seus salários nos órgãos de governação descentralizada provincial, desenvolver as funcionalidades para permitir que em 2021 os Órgãos de Gestão Descentralizada Provincial iniciem a execução do orçamento na Gestão Orçamental de nível Provincial, criadas condições para operacionalização das Unidades Intermédias dos Subsistemas de Tesouro Público e de Planificação e Orçamento, para a programação financeira e recolha da receita e redistribuição do orçamento, respectivamente; e (ii) operacionalizada a validação do par NUIT/NIB para todas as transferências realizadas do e-SISTAFE para os bancos comerciais, contribuindo para o aumento da segurança dos pagamentos efetuados a partir do e-SISTAFE.

¹ Dado extraído do relatório sobre o processamento e pagamento de salários e remunerações, gerado no dia 31 de Dezembro de 2020.

- Decorre a operacionalização do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) em **229** instituições, dentre as quais **218** de nível central e **11** provincial, e desenvolvidas as funcionalidades para o Concurso por Lances cuja operacionalização do pré-piloto está prevista que ocorra no 1º Trimestre de 2021. Ainda a nível do MPE foram criadas as condições no e-SISTAFE para que o Tribunal Administrativo (TA) atribua eletronicamente o Visto nos contratos para o fornecimento de bens e serviços ao Estado, no âmbito da interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o Sistema do TA; e dado o seguimento à revisão de requisitos, para efeitos de conclusão dos relatórios de gestão, no âmbito da operacionalização das funcionalidades relativas ao Pagamento Antecipado. Foi também operacionalizada a interoperabilidade entre o Cadastro de Empreiteiros e Fornecedores de Bens e Serviços ao Estado (CEF) e o e-Tributação, que assegura a comunicação directa entre as duas aplicações; foi implementado o Portal de Contratação Pública (PCP), prevendo-se que, depois de aprovado, esteja disponível à utilização no primeiro trimestre de 2021.
- Foram desenvolvidas as funcionalidades da Entrega 3 do e-Tributação que compreende as funcionalidades para a gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns (Gestão de Processos de Auditoria e Fiscalização, Gestão de Perfil de Risco do Contribuinte, Gestão de Juízo de Execuções Fiscais, e gestão de alertas), estando a operacionalização prevista para Abril de 2021.
- Iniciado e está em consolidação o piloto da Entrega 2 do e-Tributação, na Unidade de Grandes Contribuintes da Cidade de Maputo, que consistiu na cobrança de Impostos sobre Rendimento (Declaração Mensal de Retenção na Fonte e Declaração anual) e Taxa sobre Combustíveis, estando em expansão o pagamento de impostos via banco para o IVA e ISPC, tendo a este mecanismo aderido os seguintes bancos: Banco Comercial de Investimentos (BCI), Standard Bank (STB) e African Bank Corporation (ABC). Relativamente ao Portal do Contribuinte, foi finalizada a implantação da primeira versão do sistema em ambiente de produção, estando a decorrer as remanescentes configurações com vista a sua operacionalização no primeiro trimestre de 2021, numa primeira fase, e somente com os impostos IVA e ISPC. De referir que o CEDSIF somente promove a implantação e operacionalização do Portal a partir do Centro de Dados, sendo da Autoridade Tributária (AT) a responsabilidade pelo desenvolvimento das funcionalidades.

- Lançado oficialmente a Fase-1 do Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, tendo sido operacionalizado nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola e da Vila de Boane. Actualmente o e-SISTAFE Autárquico está em operacionalização em 16 Autarquias, face a expansão efectuada, ainda no decurso de 2020, para mais 13 Autarquias, nomeadamente Cidade de Xai-Xai, Vila de Chibuto, Cidade de Inhambane, Vila de Dondo, Vila de Nhamatanda, Cidade da Maxixe, Vila de Mandimba, Cidade de Nampula, Vila de Mocuba, Distrito de Chiúre, Cidade de Chimoio, Distrito de Gondola e Cidade de Lichinga. Estas 13 autarquias beneficiárias da expansão elaboraram o respectivo orçamento para 2021 no ambiente do e-SISTAFE Autárquico e iniciarão a execução do mesmo em 2021 no Módulo de execução Orçamental do e-SISTAFE Autárquico (MEX – Autárquico).
- Elaborado o documento da estratégia de desenvolvimento do Sistema de Gestão da Dívida Pública face a decisão do MEF de se proceder à migração do actual sistema designado por CS-DRMS (plataforma usada para a gestão da dívida pública) para o MERIDIAN, ambos propriedade do Secretariado da *Commonwealth*, estando em curso actividades de pré-migração do sistema, tendo sido emitido um relatório de diagnóstico das situações a corrigir para permitir a migração de dados no decurso do primeiro trimestre de 2021.
- Concluído o desenvolvimento das funcionalidades do Módulo do Controlo Interno relativas à Gestão das Listas de Verificação de Auditoria, Administração, Programação do Controlo Interno, e Planificação e Execução de Auditorias.
- Desenvolvidos e disponibilizados os 7 indicadores-chave do desempenho da educação, previstos para o ano de 2020, no âmbito do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP), nomeadamente: Taxa de Admissão, Taxa de Escolarização, Taxa de Aprovação/Conclusão, Taxa de Reprovação, Taxa de Desistência, Rácio Aluno-Professor e Distribuição Geográfica. Estes indicadores podem ser vistos em várias dimensões: ano, província, distrito, tipo de ensino, nível de ensino, classe, turno, escola e género, e manipulados a partir do *Business Intelligence* (BI) associado ao SGIFP, permitindo diversas análises de suporte ao processo gerencial e de formulação de políticas públicas.
- Prossegue o processamento e pagamento de salários com base na informação gerada na plataforma informática de suporte ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), o e-SNGRHE, em 16 (dezassex) das 17 instituições abrangidas, bem como os trabalhos da sua expansão para mais 20 instituições de nível central, cuja

integração deverá ocorrer em Janeiro de 2021. Foram também efectuadas melhorias correctivas e evolutivas das funcionalidades que compõem os módulos já desenvolvidos do e-SNGRHE que permitiram (i) o pagamento de subsídios aos profissionais que realizam trabalho em condições excepcionais (Inclusão do subsídio de risco para profissionais da área da saúde e afins no âmbito da pandemia da COVID-19); e (ii) disponibilizar a funcionalidade de Afectação Massiva de FAE, que permite efectuar a transferência em massa de FAE de uma Unidade Orgânica para outra, em função de reestruturação, fusão, extinção e/ou criação de orgânicas.

- Garantida a disponibilidade da aplicação informática do Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Acção Social (e-INAS) a **31** Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) para o processamento e pagamentos de subsídios monetários ao cidadão em situação de pobreza assistidos por aquela instituição, e dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades para o pagamento de subsídios com recurso a plataformas de moeda electrónica. No que diz respeito à implementação de funcionalidades de pagamentos electrónicos, entrou em funcionamento o Sistema de Pagamentos Automatizados integrado com o M-Pesa, tendo sido efectuados pagamentos a **7.859** beneficiários.
- Iniciado o Projecto de Evolução do Sistema de Transferências dos Fundos do Estado, que permitirá o aprimoramento dos mecanismos de comunicação e a adopção de novos meios de pagamentos das despesas do Estado, como é o caso da utilização das Instituições de Moeda Electrónica.
- Efectuadas diversas melhorias de segurança, relacionadas com acesso dos utilizadores e operadores do e-SISTAFE, conferindo maior confiança e comodidade no uso e administração do e-SISTAFE.
- Elaborado o Modelo de Negócio e implementada a Arquitectura Tecnológica para o desenvolvimento das funcionalidades do Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM), para a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) e iniciado o desenvolvimento das respectivas funcionalidades, tendo sido finalizado, até 31 de Dezembro de 2020, o Módulo de Negociação por Apregoação por Oferta-web, e está em processo de desenvolvimento o Módulo de Negociação por Leilão-web.

- Concluído o desenvolvimento do sistema informático do Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), o qual servirá para o registo e caracterização dos produtores agrícolas, como instrumento de geração de informação subsidiária ao processo de elaboração e operacionalização de políticas do sector agrícola, bem como foram formados seis formadores do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), que irão assegurar a orientação dos extensionistas no preenchimento correcto de dados na Plataforma CUPA, agora propriedade do MADER, ficando o CEDSIF com a responsabilidade pela manutenção correctiva e evolutiva, sempre que solicitado.
- Procedeu-se ao ajuste do Modelo Conceptual do Sistema Informático de Suporte às Funções do Ministério Público (SISMP) por forma a passar a abranger todas as jurisdições do Ministério Público (MP), uma vez que inicialmente somente abrangia a jurisdição administrativa, destacando-se a conclusão da elaboração do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal, que apresenta a visão holística do tramite processual da Jurisdição Criminal, demonstrando o mapeamento dos processos e procedimentos de trabalho modernizado através do uso da ferramenta electrónica de apoio. Ainda neste âmbito, deu-se o início a elaboração do modelo de negócio e do desenvolvimento de funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID).
- Implementadas outras acções no âmbito do desenvolvimento de sistemas complementares à Gestão das Finanças Públicas, com destaque para os projectos Portal Integrado de Gestão de Destinos Turísticos para o Instituto Nacional do Turismo (INATUR), Certificação Digital, e e-BAU para o Ministério da Indústria e Comércio (MIC).
- Realizados serviços de consultoria ao Instituto de Supervisão de Seguro de Moçambique (ISSM) para a modernização tecnológica, ao Conselho Constitucional no âmbito da sua modernização tecnológica e elaboração do Plano Estratégico de Sistemas de Informação para a Central de Medicamentos do MISAU.
- Realizada a 1ª auditoria de acompanhamento para a manutenção do selo ISO 9001:2015 ao Processo de Atendimento ao Utilizador. A Equipa auditora do Instituto Nacional de Normaçoão e Qualidade (INNOQ) concluiu que o Sistema de Gestão da Qualidade, apresenta-se adequado com a estrutura e requisitos normativos e possui condições que asseguram a manutenção da certificação.

Refira-se que o Plano de Actividades e Orçamento (PAO) de 2020 do CEDSIF, IP previa a realização de **71²** actividades, das quais **59** foram concluídas, o que corresponde a **83,09%** de realização. Das **12** actividades cuja conclusão devia ocorrer em 2020, **10** estão em execução e **2** não haviam sido iniciadas. Em termos gerais e tendo em conta o cumprimento em **83,09%** das principais actividades previstas, os resultados alcançados são considerados positivos.

Para a realização das suas actividades no ano de 2020, o CEDSIF, IP contou com **309** colaboradores e teve uma execução orçamental de despesa acumulada no valor de **913.936.125,61 MT**, face à uma dotação orçamental actualizada de **1.149.988.681,02 MT**, o que equivale a **79,47%** de execução orçamental, nível influenciado essencialmente pelos seguintes factores:

- A eclosão da pandemia da COVID 19 no mundo, o que impossibilitou a realização de algumas das actividades que absorviam parte significativa dos recursos inscritos no PAO 2020, sendo de destacar a Reunião Nacional de SISTAFE (RNS), consultoria para a elaboração do Plano Estratégico das Finanças Públicas 2020-2024, formação dos formadores e utilizadores do e-SISTAFE, capacitação dos colaboradores do CEDSIF, IP, deslocações a nível do país, no âmbito da realização de auditorias internas, a participação em feiras e exposições anuais para a publicitação dos produtos e actividades do CEDSIF, IP, e aquisição de equipamento informático de escritório. A pandemia da COVID 19 também impossibilitou a recepção da totalidade do equipamento e realização de toda a cablagem prevista, no âmbito da criação dos laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional.
- Dificuldade de os fornecedores cumprirem com a regra de origem da União Europeia (EU), no âmbito do fornecimento de equipamentos financiado pela subvenção da UE, que obrigou a solicitar a União Europeia a sua derrogação, o que determinou atraso no fornecimento do equipamento.

² No PAO 2020 estavam previstas **73** actividades, tendo sido, no âmbito da sua revisão, retiradas **2** face à impossibilidade da sua realização devido à pandemia da COVID 19.

1.INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, IP (CEDSIF, IP), criado pelo Decreto nº 34/2010, de 30 de Agosto, é uma instituição colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, definido como Instituto Público, pelo Decreto n.º 67/2019, de 5 de Agosto, no âmbito da revisão das suas normas de organização e funcionamento, bem como das suas competências e mecanismos de gestão, tem por objecto prover serviços de modernização dos processos de negócio e dos sistemas de informação de Gestão de Finanças Públicas a todos os Órgãos e Instituições do Estado, incluindo as autarquias locais.

Para o cumprimento do seu objecto, o CEDSIF, IP elaborou o Plano de Actividades e Orçamento de 2020 (PAO 2020), que constituiu o instrumento orientador do processo de execução das actividades nesse período, no quadro das suas competências e atribuições.

Para execução do PAO 2020, o CEDSIF, IP contou com uma dotação orçamental actualizada de **1.149.988.681,02 MT**, derivada de fontes de recursos internos e externos alocados no período em análise e de saldos transitados do período anterior.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, IP, no âmbito da execução do seu Plano de Actividades e Orçamento 2020 (PAO 2020), e a sua estrutura, além do sumário executivo, compreende os seguintes pontos:

1. Introdução
2. Actividades realizadas
3. Balanço de execução orçamental
4. Avaliação de desempenho
5. Perspectivas para o ano de 2021
6. Anexos

2. ACTIVIDADES REALIZADAS

As actividades realizadas pelo CEDSIF, IP, no âmbito da execução do PAO 2020, enquadram-se nas componentes de (i) disponibilização do e-SISTAFE e consolidação das reformas do SISTAFE já implementadas, (ii) conclusão das reformas previstas no SISTAFE, (iii) implementação de sistemas complementares ao SISTAFE, bem como de (iv) funcionamento e desenvolvimento institucional.

2.1. DISPONIBILIZAÇÃO DO e-SISTAFE E CONSOLIDAÇÃO DAS REFORMAS DO SISTAFE JÁ IMPLEMENTADAS

Nesta componente foi assegurada a disponibilização do e-SISTAFE para a execução do Orçamento do Estado e melhorados os processos dos subsistemas do SISTAFE, tendo estes passado a corresponder com maior eficácia às exigências do contexto actual e às solicitações dos utilizadores, destinatários e beneficiários do e-SISTAFE, sendo de destacar as seguintes:

No domínio de execução da despesa do Estado, face à disponibilidade de rede nas Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), através da plataforma informática do SISTAFE, o e-SISTAFE, foi executado **68,71%** da despesa total do Estado pela Via Directa, o que revela, comparando com a de igual período de 2019, cuja execução foi de **69,49%**, um decrescimento na execução da despesa do Estado pela Via Directa na ordem de **0,78%**. Contudo, em termos de valores absolutos, em 2020 a execução da despesa pela via directa foi de **316.031.138.279,31 MT**, contra o montante de **276.771.707.761,80 MT** em 2019, o equivalente a um crescimento nominal de **14,18%**.

No mesmo período foi garantida a disponibilidade do e-SISTAFE a nível nacional, sendo que em Dezembro de 2020, estiveram disponíveis e operacionais **982 sites**, o que equivale à **96,18%** do universo de **1.021 sites** instalados, e estiveram indisponíveis **39 sites**, o correspondente a **5,53%** do universo, conforme ilustra a tabela 2. Refira-se que a indisponibilidade dos sites foi devido às avarias dos equipamentos, problemas de rede da Moçambique TELECOM (Tmcel) e da Movitel, de falta de energia e avaria de equipamento de comunicação local nas instituições.

Tabela 1: Disponibilidade de Sites Registada em 2020

Meses		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Nr. de Sites do e-SISTAFE	Total	992	992	1.001	1.001	1.012	1.011	1.019	1.017	1.017	1.017	1.017	1.021
	Disponíveis	926	928	925	924	941	955	989	985	978	984	978	982
	Indisponíveis	66	64	76	77	71	56	30	32	39	33	39	39
	Disponíveis %	93,35%	93,54%	92,41%	92,31%	92,98%	94,46%	97,05	96,85	96,16%	96,76%	96,17%	96,18%

Fonte: e-SISTAFE

Face à disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE), foram processadas **8.519.310** Ordens de Pagamento (OP), contra **8.134.047** em igual período de 2019, ou seja, houve crescimento de **4,7%**, face ao ano anterior, conforme ilustram os gráficos 1 e 2 que se seguem.

Gráfico 1- Ordens de Pagamento processadas em 2020

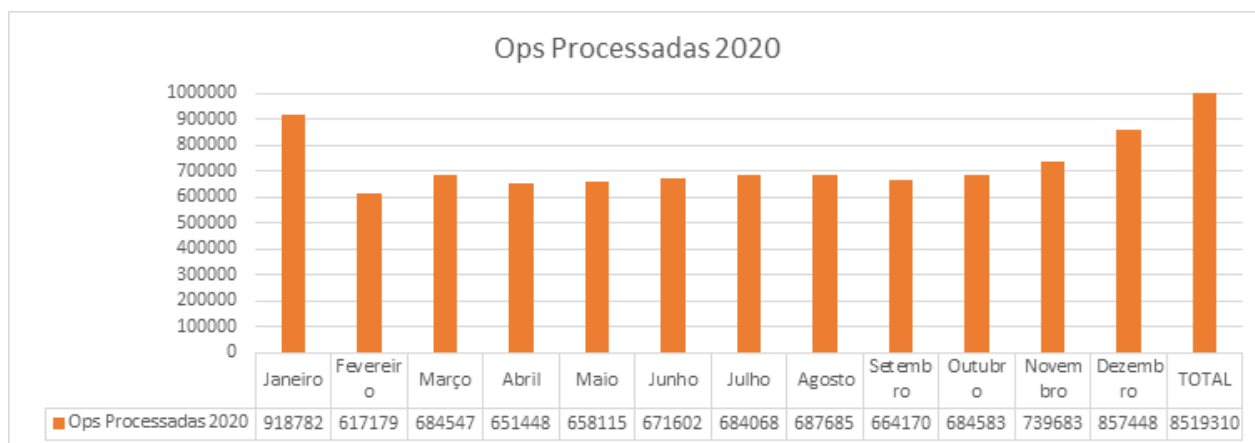
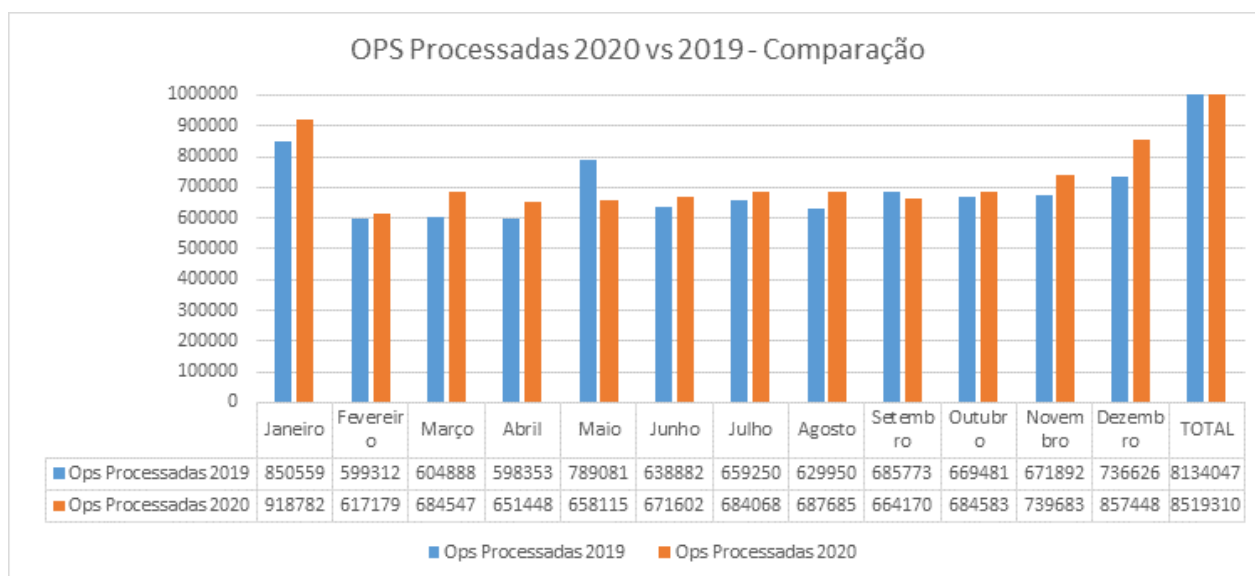


Gráfico 2-Número de Ordens de Pagamento processadas em 2020 vs 2019



- Efectuado o pagamento de salários pela Via Directa (VD), até 31 de Dezembro, a **333.078³** Funcionários e Agentes do Estado (FAE), de um total de **349.201** na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida realizada, o correspondente a **95,38%** do universo no activo. Do total dos FAE pagos pela VD, **326.414**, número superior ao de igual período de 2019, que foi de **320.198**, tiveram os seus salários processados através do e-Folha, o que corresponde a **96,08%** do total dos FAE.

³ Dado extraído do relatório sobre o processamento e pagamento de salários e remunerações, gerado no dia 31 de Dezembro de 2020.

- Formados e reciclados **3.548** utilizadores do e-SISTAFE, diante de uma meta anual de **4.000** utilizadores, contra **7.263** registados em 2019. O baixo nível de execução do plano resulta das limitações impostas pela pandemia da COVID 19 que impossibilitou a realização de uma série de formações presenciais e a redução do pessoal em cada acção para se assegurar o distanciamento dos utilizadores nos laboratórios/salas de formação. Do total de **3.548** utilizadores formados e reciclados em 2020 em diversas componentes do e-SISTAFE, **553** foram em matéria do Módulo de Salários e Pensões (MSP), na componente de salários, **172** no e-SNGRHE, **1.198** no Módulo de Execução Orçamental (MEX), **594** no Módulo de administração do Património do Estado-Módulo de Execução Orçamental (MPE-MEX), **226** no Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF), **161** no Sistema electrónico de Administração de Utilizadores (*Security Framework*), **46** no Módulo de Execução Orçamental Autárquico (MEX-A), **87** no Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **354** no Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) e **157** no Módulo de Elaboração Orçamental Autárquico (MEO-A). Pretende-se com estas capacitações promover as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE, bem como melhorar a qualidade dos seus actos e desempenho das instituições públicas.
- Providenciado o serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE e registados **13.300** solicitações dos utilizadores, das quais um acumulado de **11.946**, o que corresponde a **89,82%**, foram resolvidas em tempo útil, contra **12.110** solicitações dos utilizadores em 2019, das quais foram resolvidas **11.122**. Dentre as solicitações registadas, merecem destaque **6.518** dos Serviços Bancários relacionadas com a fixação de descontos de financiamento aos Funcionários e Agentes do Estado; **3.027** relativos aos Sistemas Paralelos derivados do processamento e impressão de folhas de salários e disponibilização de ficheiro padrão; **1.140** casos relativos ao MEX no âmbito da execução da despesa do Estado; **935** casos do e-CAF referentes à manutenção de dados de Funcionários e Agentes do Estado (correção e actualização de dados pessoais e manutenção das folhas de salário); e **621** relacionadas com a indisponibilidade do sistema nos sectores e pedidos de manutenção de equipamento, no âmbito de operação do e-SISTAFE, conforme a tabela 2 seguinte.

Tabela 2: Solicitações de Apoio ao Utilizador registadas em 2020

Aplicação/Serviço	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
e-CAF	84	56	68	92	109	88	111	76	53	73	60	65	935
e-Folha	11	20	22	20	19	12	12	19	35	36	45	13	264
Hardware e Acesso ao Sistema	74	49	30	36	68	67	71	53	49	36	50	38	621
Gestão de Património *	1	0	2	0	2	17	13	1	0	6	1	2	45
MEX	29	32	80	79	100	92	132	133	93	138	136	96	1.140
Security Framework	34	35	49	22	32	15	45	33	52	29	37	22	405
Serviços Bancários	878	728	708	352	388	356	669	644	320	409	615	451	6.518
Sistema Paralelo	304	262	435	210	240	152	245	221	130	503	190	135	3.027
Serviço Operação	9	12	4	5	17	5	14	11	0	0	0	0	77
MPE	8	10	13	9	3	18	16	17	21	32	24	16	187
CBS	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Formcreator	0	0	15	16	0	0	0	17	0	0	0	0	48
e-Inventário	0	1	0	3	2	1	0	0	0	0	0	0	7
e-SNGRHE	5	3	0	0	0	0	4	3	2	1	4	0	22
Correio Electrónico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Total	1.437	1.208	1.426	845	980	823	1.333	1.228	755	1.263	1.164	838	13.300

*Património do CEDSIF, IP

No domínio de implantação de melhorias correctivas e evolutivas no e-SISTAFE merecem destaque as seguintes acções:

- Melhorados os Relatórios da Conta de Gerência, de Conciliação Automática-CUT e do Detalhado da Conciliação Automática-CUT, tendo estes passando a considerar todas as receitas e ordens de pagamento (OP) que porventura, à data da consulta, não tenham sido recolhidas, enviadas e ou processadas pelo Banco de Moçambique, estando assim garantido o histórico das posições diárias da conciliação da CUT;
- Operacionalizada a validação do par NUIT/NIB para todas as ordens de pagamento emitidas pelo e-SISTAFE para os bancos comerciais, o que permitiu que se garantisse que o NUIT do credor e domicílio bancário informados no acto de pagamento estão conforme o cadastro no banco comercial;

- Iniciado o projecto de evolução do Sistema de Transferências de Ficheiros (STF), visando aprimorar os mecanismos de comunicação e meios de pagamentos das despesas do Estado;
- Implementados novos relatórios de consultas de auditorias de NUIT, NIB, e algumas transações relevantes para elevar a capacidade de resposta aos pedidos de auditoria por entidades externas e minimizar a execução de *scripts*;
- Operacionalizado o sistema de alertas de prova de vida via email e pagamentos por sms a todas UGE que executam a despesa no e-SISTAFE;
- Alterado o MEO e o MEX para permitir a digitação e carga do orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e permitir a execução do orçamento; e efectuadas alterações no sistema para garantir a transferência de FAE para os novos órgãos descentralizados, sendo que desde o mês de Setembro de 2020 os salários dos FAE transferidos são processados nos novos órgão descentralizados;
- Desenvolvidas as funcionalidades para garantir que os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial realizem todo processo de execução da despesa sem depender do nível central, bem como foram criadas as Unidades Intermedias do Subsistema do Orçamento do Estado para realizar as actividades de redistribuição orçamental a nível das unidades da província, Unidades Intermédias do Subsistema do Tesouro Público para a despesa e programação financeira, as quais tem a responsabilidade de efectuar a recolha da receita provincial e as distribuições do financeiro pelas unidades da província;
- Reforçados os mecanismos de segurança de acesso ao e-SISTAFE, tendo incidido na encriptação das passwords de acesso as aplicações, mascaramento dos dados de produção para acesso no ambiente de desenvolvimento, implementação do teclado virtual, comunicação automatizada entre os sistemas utilizando a tecnologia de Gateway e operacionalização da recuperação de senha via sms;
- Melhorada a funcionalidade de emolumentos do TA, tendo passado a impedir que o sistema altere o valor do desconto, caso este tenha sido fixado para o FAE pelo Tribunal Administrativo, através da aplicação “manter Visto do Tribunal Administrativo” (VTA); e
- Melhorados os mecanismos de segurança do e-SISTAFE, com destaque para (i) o controlo de acessos, tendo sido implantada a funcionalidade de atribuição automática de código de acesso ao e-SISTAFE, que permite o desbloqueio automático das senhas dos utilizadores do e-SISTAFE; (ii) a operacionalização do teclado virtual, na funcionalidade de acesso ao

e-SISTAFE, para digitação do NUIT e senha, mitigando possíveis tentativas de captação das credenciais dos utilizadores, que são mais frequentes no teclado físico; e (iii) os ajustes de diversas funcionalidades de conformidade de actos administrativos, para que o sistema valide a autenticidade do utilizador, no decurso do uso da funcionalidade, através da introdução do código de confirmação enviado por SMS, reduzindo assim a ocorrência do uso das credenciais de acesso dos utilizadores por outrem.

2.2. CONCLUSÃO DAS REFORMAS PREVISTAS NO SISTAFE

No âmbito da conclusão das reformas previstas na Lei do SISTAFE, que se mostram fundamentais para a boa Gestão das Finanças Públicas, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

2.2.1. Projecto e-Tributação

Para aproximar a Administração Fiscal aos cidadãos e simplificar o processo de tributação através da construção de novos postos fiscais e da implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (e-Tributação, Janela Única Eletrónica), foram registadas as seguintes realizações:

- Foram desenvolvidas as funcionalidades da Entrega 3 do e-Tributação que compreende as funcionalidades para a gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns (Gestão de Processos de Auditoria e Fiscalização, Gestão de Perfil de Risco do Contribuinte, Gestão de Juízo de Execuções Fiscais, e gestão de alertas), estando a operacionalização prevista para Abril de 2021.
- Concluído o piloto de pagamento via Banco no e-Tributação, envolvendo os contribuintes do Posto de Cobrança da Josina Machel e o Banco BCI, e actualizados os dados dos contribuintes nos Postos de Cobrança do Jardim e de Marracuene, no âmbito do piloto da segunda entrega do e-Tributação, tendo em vista proporcionar a elegibilidade à cobrança dos impostos desta entrega, nomeadamente, Impostos de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e Colectivas (IRPC), Impostos sobre a produção Mineira, Imposto sobre a produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e a Taxa sobre Combustíveis. Quanto ao piloto da segunda entrega do e-Tributação, está em curso a sua consolidação na Unidade de Grandes Contribuintes da Cidade de Maputo, consistindo na cobrança de Impostos sobre Rendimento (Declaração Mensal de Retenção na Fonte e Declaração anual) e Taxa sobre Combustíveis.

- Está em curso a expansão do pagamento de impostos via banco para o IVA e ISPC, tendo já havido adesão a este mecanismo pelos seguintes bancos: Banco Comercial de Investimentos (BCI), Standard Bank e Arab Bank Corporation (ABC), tendo os contribuintes das Unidades de Cobrança começado a efectuar pagamento de imposto via banco;
- Relativamente ao Portal do Contribuinte, foi finalizado a implantação da primeira versão do sistema em produção, estando a decorrer as remanescentes configurações com vista a operacionalizar no mês de Janeiro de 2021, numa primeira fase e somente com os impostos IVA e ISPC; e
- No âmbito da interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a JUE para a classificação e comunicação automática da receita entre as Alfândegas e o Tesouro, foi aprovado pela Presidente da AT o plano de acção com vista a implementação do projecto, estando já criadas as condições para o arranque das actividades.

2.2.2. Projecto Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)

No decurso da implementação do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) houve progressos reflectidos na implementação e operacionalização de funcionalidades do MPE, bem como na harmonização e gestão de mudança, no âmbito da expansão das funcionalidades do MPE, e são de destacar as seguintes realizações:

- Deu-se continuidade à operacionalização do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), estando em utilização em **229** instituições, dentre as quais **218** são de nível central e **11** de provincial;
- Decorreu a criação de condições técnicas no e-SISTAFE para permitir que o TA atribua electrónicamente o Visto nos contratos para o fornecimento de bens e serviços ao Estado, devendo as acções prosseguir em 2021;
- No âmbito da Operacionalização da primeira fase (A) da componente Obras foram finalizado os ajustes ao Modelo de Negócio de Obras e a especificação de requisitos desde a criação da Requisição de Compra até a recepção da Obra, faltando a implementação;
- Criadas as condições para a realização de pagamento antecipado ao credor e está em curso a revisão de requisitos dos relatórios de gestão de pagamentos, na componente de operacionalização das funcionalidades de Pagamento Antecipado; e

- Concluído o desenvolvimento das funcionalidades do Concurso por Lances, bem como os trabalhos para a sua operacionalização, tendo sido elaborado o plano do piloto, o qual prevê que o CEDSIF, IP faça o lançamento do primeiro concurso por lances, como unidade Pré-piloto em Janeiro de 2021.

Na expansão de funcionalidades do MPE, (i) foi concluída a elaboração do Plano de formação e respectivo orçamento, no contexto da expansão do MPE e da operacionalização do Plano e contratações. Entretanto, face à pandemia da COVID 19 esta acção foi postergada para o ano 2021.

Na componente de operacionalização do Portal de Contratação Pública (PCP), foi implementado o no dia 18 de Dezembro de 2020 cuja disponibilização pra utilização está prevista para o primeiro trimestre de 2021.

2.2.3. Projecto Subsistema de Planificação e Orçamentação

No âmbito do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) destacam-se as seguintes realizações:

- Efectuadas melhorias nas funcionalidades do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) desenvolvidas no ano de 2019, que permitiram o inicio do piloto, tendo este consistido (i) na formação de utilizadores dos sectores seleccionados para o piloto, (ii) simulação da elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) no MPO em ambiente de treino. Refira-se que o piloto foi programado para decorrer em três fases, numa primeira fase para o MEF e suas UGB's, a segunda para os sectores seleccionados e, a terceira para os sectores e Órgãos de representação do Estado nas províncias. Os sectores seleccionados para o Piloto foram os seguintes: Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ministério da Agricultura e de Desenvolvimento Rural (MADER), Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) e os respectivos Serviços Provinciais;
- Decorre, no que diz respeito a Monitoria dos Planos, Programas e Orçamento, um trabalho conjunto com as Direcções Nacionais de Planificação e Orçamento (DNPO), de Monitoria e Avaliação (DNMA), e de Contabilidade Publica (DNCP) para definir os relatórios de monitoria e avaliação; e
- Realizada a formação de 52 formadores, em matérias referentes ao Processo de Planificação com vista a elaboração do PESOE e respetivo Plano de Contratações Públicas, que

posteriormente terão a missão de disseminar o aprendizado para os utilizadores a nível nacional.

Refira-se que a meta prevista para o ano de 2020 de elaboração do PESOE 2021 no MPO não foi alcançada devido aos seguintes factores: (i) necessidade de realização de melhorias correctivas e de aprimoramento da aplicação imprescindíveis para o bom funcionamento do MPO; (ii) operacionalização da nova estrutura de governação descentralizada ao nível das províncias, que culminou com a alteração profunda da estrutura administrativa, resultando na criação de mais novas Unidades Gestoras Beneficiárias (criação de cerca de 187 novas Unidades Gestoras Beneficiárias), o que trouxe mudanças profundas no processo de planificação e orçamentação; (iii) a eclosão da pandemia do COVID 19 em Moçambique que comprometeu a realização da formação dos utilizadores, nos termos inicialmente planificados, isto é, comprometeu a mobilidade dos beneficiários, devido a restrições de deslocação dos técnicos, tendo a formação sido reprogramada. Desta forma, o processo de elaboração do PESOE no MPO foi reprogramado para ocorrer em todas as Instituições do Estados, no ano de 2021, aquando da elaboração do orçamento de 2022.

2.2.4 Projecto Sistema de Gestão Autárquica

O projecto Sistema de Gestão Autárquica compreende um sistema integrado de gestão, que contempla duas componentes, nomeadamente: (i) a gestão financeira; e (ii) a gestão urbanística, ambiental e de serviços municipais, para prover processos e ferramentas de trabalho que apoiem as Autarquias no efectivo cumprimento da sua missão.

Para o ano de 2020, estava prevista que a implantação do e-SISTAFE Autárquico em 5 autarquias, tendo sido efectuada em 13 autarquias, nomeadamente Cidade de Xai-Xai, Vila de Chibuto, Cidade de Inhambane, Vila de Dondo, Vila de Nhamatanda, Cidade da Maxixe, Vila de Mandimba, Cidade de Nampula, Vila de Mocuba, Distrito de Chiúre, Cidade de Chimoio, Distrito de Gondola e Cidade de Lichinga). De referir que estas autarquias já procederam a digitação dos seus orçamentos no sistema e irão iniciar a sua execução em 2021.

Refira-se que a Fase-1 do Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, foi lançado oficialmente em Fevereiro de 2020 com a sua operacionalização nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola, e da Vila de Boane. Na ocasião, foram feitas as demonstrações sobre o funcionamento da plataforma electrónica na componente de gestão financeira (e-SISTAFE Autárquico), que inclui a planificação, o pagamento da despesa, a geração, envio e processamento de resposta da respectiva ordem de pagamento (OP).

Assim, a 31 de Dezembro de 2020, o total de 16 autarquias encontram-se a operar e-SISTAFE Autárquico.

Ainda no âmbito da implantação do e-SISTAFE Autárquico nas 5 autarquias do Piloto, decorreram os trabalhos de manutenção e aprimoramento necessários às funcionalidades que garantiram o pleno funcionamento do sistema, a elaboração do orçamento das autarquias para o exercício económico de 2021, bem como o início do processamento e pagamento de salários simplificado através do Processo Administrativo do tipo Requisição para Pagamento Colectivo (RPC) por via do MEX Autárquico, que permite o pagamento directo de salários às contas dos Funcionários.

2.2.5. Projecto do Subsistema de Controlo Interno

Este projecto compreende acções que visam disponibilizar as funcionalidades de Gestão da Programação do Controlo Interno e das Listas de Verificações do Módulo de Controlo Interno, a aplicar em auditoria. Assim, no período em análise, foi concluído o desenvolvimento das seguintes funcionalidades: Gestão das Listas de Verificação de Auditoria, de Administração, da Programação do Controlo Interno e da Planificação e Execução de Auditorias, representando uma realização de 100% face a meta estabelecida para esta actividade.

Estava também previsto para o ano de 2020, ter 3 Inspeções-Gerais (de Saúde, de Educação e das Finanças), com Módulo do Controlo Interno operacionalizado, meta que não foi alcançada, porém, foram desenvolvidas as funcionalidades acima referidas e espera-se que esta meta seja cumprida no em Março de 2021. Constituem razões do não alcance desta meta as seguintes: atraso registado no processo de teste do piloto, bem como devido a metodologia de trabalho adoptada no âmbito do combate ao Covid-19.

2.2.6. Projecto Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas

No período em análise, foram desenvolvidos os mecanismos de disponibilização dos dados para os 7 indicadores chave do desempenho da educação, previstos para o ano de 2020, nomeadamente: Taxa de Admissão, Taxa de Escolarização, Taxa de Aprovação/Conclusão, Taxa de Reprovação, Taxa de Desistência, Rácio Aluno-Professor, e Distribuição Geográfica. Estes indicadores podem ser vistos em várias dimensões: Ano, Província, Distrito, Tipo e Nível de ensino, Classe, Turno, Escola e Género, e manipulados a partir do *Business Intelligence* (BI) associado ao SGIFP, para permitir diversas análises de suporte ao processo gerencial e de formulação de políticas públicas.

Ainda no âmbito dos indicadores, decorreu o trabalho de disponibilização de Relatórios financeiros parametrizáveis de acompanhamento dos programas do MINEDH; *Dashboards* de acompanhamento da Execução Orçamental, bem como dos indicadores da Visão das FP e do Plano

Económico e Social (PES), tendo em vista conjugar dados do e-SISTAFE, referentes à elaboração orçamental e à execução da despesa, com dados dos Sistemas de Gestão em uso no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

2.2.7. Projecto Módulo da Gestão da Dívida Pública

O Módulo de Gestão da Dívida Pública (MGD) é um instrumento que servirá de apoio ao Governo no processo de gestão da dívida pública, e garantida a sua integração aos demais módulos do e-SISTAFE.

Para o ano de 2020 estava prevista a elaboração do Modelo de Negócio no final do 4º trimestre de 2020, porém, este não será mais elaborado, uma vez que houve mudança de abordagem por conta da decisão do MEF de não desenvolvimento de um sistema de raiz, tendo-se optado pela migração do actual sistema CS-DRMS para o *Meridiam*. Tendo em conta o documento da estratégia de desenvolvimento do Sistema de Gestão da Dívida, já elaborado, e o a decisão do MEF, estão em curso as atividades de pré-migração do sistema, sendo que foi elaborado um relatório de diagnóstico das situações a corrigir para permitir a migração de dados. De referir que a migração do sistema CS-DRMS não foi realizada até o dia 31 de Dezembro de 2020, uma vez que a decisão do MEF para se avançar com o processo de migração do actual sistema designado por CS_DRMS para o MERIDIAN só ocorreu no mês de Outubro de 2020.

2.2.8. O Projecto de Evolução do Sistema de Transferências de Fundos do Estado

Este projecto tem como objectivos (i) aprimorar a segurança e transparência nos pagamentos do Estado, (ii) promover a inclusão financeira através de pagamentos com recurso as Instituições de Moeda Electrónica (IME) e (iii) elevar o nível de pagamentos directamente para o beneficiário final. Neste âmbito, em 2020 foram elaborados o Plano do Projecto e o Modelo de Negócio, bem como foi efectuada análise comparativa e adopção de uma nova ferramenta de comunicação entre os sistemas e início dos ajustes dos mesmos em função dos requisitos de negócio.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, foram desenvolvidas actividades, que compreendem o: a plataforma informática do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE), a plataforma informática do Sistema de Gestão dos Beneficiários dos Programas de Acção Social (e-INAS),

Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias (SINEM), Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA) e Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP).

2.3.1. Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE)

A plataforma informática de suporte ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE) visa garantir o registo e acompanhamento de todo o ciclo de vida do Funcionário e Agente do Estado (FAE), aprimoramento no controlo da folha de salários, e melhorar a gestão de quadro de pessoal bem como a planificação para contratação de novos quadros por via do desenvolvimento e operacionalização de 5 (Cinco) módulos previstos no Modelo Conceptual deste sistema, nomeadamente, (i) Módulo de Administração de Pessoal (MAP), (ii) Módulo de Carreiras e Remunerações (MCR), (iii) Módulo de Avaliação de Desempenho (MAD), (iv) Módulo de Elaboração do Quadro de Pessoal (MEQP) e (v) Módulo de Recrutamento e Seleção (MRS).

Refira-se que dos 5 módulos desenvolvidos, foram operacionalizados em fase Piloto 3 (Três) módulos nomeadamente, o MAP, MCR e MAD, que abrangeu 17 (Dezassete) instituições das quais 8 de nível central, 6 da Província de Maputo e 3 do Distrito de Boane, tendo culminado com o processamento e pagamento de salários com base na informação gerada pelo e-SNGRHE em 16 instituições. Assim, em 2020 se destacam as seguintes realizações:

- Dado prosseguimento ao processamento e pagamento de salários com base na informação gerada na plataforma informática de suporte ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), o e-SNGRHE, em 16 (dezassex) das 17 instituições abrangidas;
- Iniciada a preparação da expansão do e-SNGRHE para mais 20 instituições de nível central, cuja integração deverá ocorrer em Janeiro de 2021;
- Efectuadas as melhorias correctivas e evolutivas das funcionalidades que compõem os módulos já desenvolvidos do e-SNGRHE, que permitiram (i) abonar 30% aos profissionais que realizam trabalho em condições excepcionais (Inclusão do subsídio de risco para profissionais da área da saúde e afins no âmbito da pandemia do COVID-19); e (ii) disponibilizar a funcionalidade de Afectação Massiva de FAE, que permite efectuar a transferência em massa de FAE de uma Unidade Orgânica para outra, em função de reestruturação, fusão, extinção e/ou criação de orgânicas. Ainda nesta componente de melhorias correctivas e evolutivas, destaca-se o facto de estar em curso acções, junto ao MAEFP e instituições do piloto, com vista a implementação de melhorias do Módulo de Elaboração do Quadro de Pessoal (MEQP), que deverá garantir que a ocupação do quadro

de pessoal em cada uma das instituições ocorra em função do número de lugares disponíveis e aprovados devendo os actos administrativos também ocorrer em alinhamento com esta disponibilidade, bem como, a simulação da projecção salarial;

- Disponibilizado o Módulo de Recrutamento e Selecção (MRS), que deverá assegurar maior controlo no processo de contratação de novos quadros para o Aparelho do Estado, contudo, a sua operacionalização está estritamente interlaçada com a operacionalização do Módulo de Elaboração do Quadro de Pessoal (MEQP); e
- Efectuadas melhoria das funcionalidades para garantir que todos os actos administrativos de FAE que ocorrem no e-SNGRHE sejam sincronizados para o e-CAF, passando este a ser gerido a nível do e-SNGRHE.

2.3.2. Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Acção Social (e-INAS)

O e-INAS é uma plataforma informática que auxilia o Instituto Nacional de Acção Social na gestão de serviço de apoio social a camadas desfavorecidas através do provimento de subsídios monetários. No âmbito da sua operacionalização **31** delegações do Instituto Nacional de Acção Social. Adicionalmente, para alargar a base de intervenção em processos de pagamentos, foram desenvolvidas as funcionalidades de integração do e-INAS com a plataforma M-PESA, permitindo que fossem pagos por **7.859** beneficiários, tendo sido transferido o valor directamente para as suas contas na Instituição de Moeda Electrónica M-PESA.

2.3.3. Projecto Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM)

O Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM) é uma plataforma informática que irá auxiliar a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) na divulgação de informação de preços de mercado de *comódites* a nível nacional, assim como na intermediação da negociação das mesmas, pelas modalidades de Apregoação por Oferta ou Leilão. No âmbito deste projecto estão previstas as seguintes entregas: (i) Publicação de Mercadoria; (ii) negociação por Apregoação; (iii) negociação por Leilão; (iv) publicação de Informação de Mercado; (v) gestão de Pedidos de Mercadoria; (vi) Acesso via USSD (similar ao MPESA, e-MOLA e MKesh); (vii) Acesso via Mobile; e (viii) dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades de negociação por apregoação por oferta. No período em apreço foi elaborado o Modelo de Negócio e implementada a Arquitectura Tecnológica para o desenvolvimento das funcionalidades do Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM), inseridas na Bolsa de Mercadorias de Moçambique, e iniciado o desenvolvimento das respectivas funcionalidades, tendo até 31 de

Dezembro de 2020 sido finalizado o Módulo de Negociação por Apregoação por Oferta – web e encontrava-se em desenvolvimento o Módulo de Negociação por Leilão – web. Estas realizações representam um nível de cumprimento de 75% da meta prevista para o ano de 2020.

2.3.4. Projecto Cadastro Único do Produtor Agrário

O Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), é uma ferramenta que irá auxiliar o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) na captação de dados sobre os produtores do ramo agrícola no país, tendo em vista definir e aplicar políticas do sector Agrário, sendo que está prevista a entrega de Cadastros de Dados *Online* e de *Offline*.

No período em apreço, foi concluído o desenvolvimento do sistema informático do CUPA, o qual servirá para o registo e caracterização dos produtores agrícolas, como instrumento de geração de informação subsidiária ao processo de elaboração e operacionalização de políticas do sector agrário, bem como foram formados seis formadores do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) que irão assegurar a orientação dos extensionistas no preenchimento correcto de dados na Plataforma CUPA. Estas realizações representam 100% da meta estabelecida para o ano de 2020

2.3.5. Sistema Informático de Suporte às Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP)

No âmbito do desenvolvimento e implantação do Sistema Informático de Suporte às Funções do Ministério Público (SISMP) procedeu-se ao ajuste do Modelo Conceptual do Sistema de Informação de Suporte às Funções do Ministério Público (SISMP), anteriormente concebido somente para a jurisdição administrativa, para todos os órgãos e jurisdições do Ministério Público (MP), no qual destaca-se a conclusão da elaboração do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal, que apresenta a visão holística do tramite processual da Jurisdição Criminal, demonstrando o mapeamento dos processos e procedimentos de trabalhos modernizados através do uso da ferramenta electrónica de apoio.

Ainda neste âmbito, deu-se o início da elaboração do Modelo de Negócio e do desenvolvimento de funcionalidades do Módulo Integrador de Dados, com previsão para o início da sua operacionalização em 2021.

2.3.6. Plataforma de Comunicação com Sistemas Externos – API Gateway

A Plataforma de Comunicação com Sistemas Externos, denominada API Gateway, foi desenvolvida e operacionalizada para permitir efectuar a troca de informação entre os sistemas internos do CEDSIF,

IP e os sistemas externos de outras instituições de forma controlada, segura e eficaz, tendo sido adoptada para atender as seguintes iniciativas:

- Automatização do serviço de Retenção na Fonte, que permite a comunicação em tempo real, entre os sistemas dos Bancos Comerciais e o e-Folha, permitindo a fixação dos descontos mensais dos créditos bancários dos funcionários públicos, reduzindo substancialmente o tempo para atribuição de um crédito bancário aos funcionários e permitindo igualmente aumentar as receitas que o CEDSIF obtém com a prestação deste serviço;
- Comunicação do Portal das Contratações Públicas, com as aplicações internas MPE, CEF e CBSO, expandindo os serviços de contratação pública aos fornecedores e ao público em geral, que poderá aceder a este portal através da internet; e
- Comunicação entre o Sistema de Vistos do Tribunal Administrativo, e o e-Folha, dinamizando o processo de emissão de vistos dos FAE, bem como o processo de cobrança de emolumentos que provêm da prestação deste serviço.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF, IP

No período em referência foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, de padrões de qualidade, e prestado os serviços de segurança de informação, de gestão de recursos humanos, de gestão de contratos e de execução orçamental. A execução orçamental é tratada num capítulo isolado, a seguir a este capítulo.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Para dar suporte a realização de actividades de coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas, bem como as de implementação do e-SISTAFE constantes do PAO 2020, importa destacar o seguinte:

No domínio de instrumentos de gestão do CEDSIF,IP foi: (i) elaborado e aprovado o Manual de Procedimentos de Planificação; (ii) elaborados os Relatórios de Actividades Executadas pelo CEDSIF, IP relativas aos Plano Económico e Social 2019, Anual de Execução das Actividades do PAO 2019 do CEDSIF,IP, de Execução das Actividades do PAO 2020 no 1º e 2º Trimestres e dos 9 Meses de execução do PAO 2020, bem como o de Balanço de Execução do Plano Estratégico 2014-2019; e (iii) foi revista a proposta do Plano Estratégico do CEDSIF,IP para o período 2020-2024.

Na componente de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, foi (i) dada a cobertura aos trabalhos de execução do plano de acção de correcção das inconformidades constatadas aquando da Auditoria de Concessão Fase II, realizada pelo Instituto Nacional de Normaçoão e Qualidade (INNOQ), tendo culminado com a realização no mês de Outubro de 2020, da 1ª auditoria externa de acompanhamento da certificação pela Norma ISO 9001 tendo sido concluído que o “Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) apresenta-se adequado com a estrutura e requisitos normativos de modo que possui condições que asseguram a manutenção da certificação do Processo de Atendimento ao Utilizador e aos Requisitos da Norma ISO 9001:2015; (ii) Elaborado o Plano de Acções Correctivas face as constatações da 1ª auditoria externa de acompanhamento da certificação pela Norma ISO 9001:2015

Para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, IP, foi (i) realizada a 6 Reunião Anual da Qualidade com o objectivo de se efectuar uma reflexão conjunta sobre as diferentes acções que têm sido levadas a cabo no CEDSIF, IP com o propósito de assegurar uma contínua adequação dos Sistemas de Gestão aos objectivos da organização; (ii) aprovado e divulgado o Manual Gestão de Património e de Bens de Consumo; (iii) concluído o Manual de Procedimentos de Auditorias Internas; (iv) concluídos e aprovados os Manuais de Procedimentos de Retenção na Fonte de Descontos Não Obrigatórios, de Procedimentos de Recrutamento e Selecção, e de Procedimentos de Registo de Documentos no Sistema de Gestão Documental (SGD); (v) Revisto, face ao novo Estatuto e extensão do Sistema de Gestão da Qualidade, o Manual da Qualidade e da respectiva Política, do CEDSIF, IP; (v) em elaboração os Manuais de Procedimentos de Gestão de Recursos Financeiros, de Disponibilização de Infraestruturas, de Administração de Cursos, e de Tratamento de Reclamações; e (vi) realizada a avaliação dos *Stakeholders* e dos colaboradores do CEDSIF no âmbito dos trabalhos que visam colher melhores resultados no apuramento do seu grau de satisfação.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Sistemas de Informação, na componente de gestão de segurança de infraestruturas, foi garantido o funcionamento e desenvolvimento institucional, com a realização das seguintes actividades: (i) monitoria da disponibilidade da infraestrutura de TI, implantação de sistema alerta que impede a entrada de informação imprópria ao Sistema, elaboração e partilha de informação sobre a vulnerabilidade de acesso em equipamentos CISCO, e de alerta de segurança sobre ataques de engenharia social; (ii) monitoria do tempo de retenção das imagens; e (iii) monitoria do sistema CCTV, tendo sido concluído a migração do sistema CCTV para a nova rede, no âmbito de criação de condições técnicas no sistema para acomodar mais câmaras. Estas acções se reflectirão em forma de melhoria no controlo de acesso aos sistemas e aplicações, de segurança de sistemas, redes e comunicações.

Quanto a segurança de sistemas, (i) elaborado o relatório preliminar relativo à auditoria interna ao Sistema de Gestão de Sistemas de Informação (SGSI) para aferir o grau de prontidão das acções de controlo dos itens de certificação, e iniciou a realização da auditoria ao Serviço de Operação; (ii) efectuada e partilhada a análise de risco sobre a reiniciação de um nó de base de dados, concluída a avaliação de risco do processo de desenvolvimento de aplicações, e estão em curso a avaliação de risco do processo de atendimento de pedido do cliente, bem como de retenção na fonte dos descontos não obrigatórios, no âmbito de estabelecimento e implementação do modelo de gestão de risco; (iii) elaborado o relatório anual sobre segurança de sistemas, está em curso a monitoria, análise e avaliação dos incidentes ocorridos no período; e (iv) realizadas duas sessões de sensibilização em matérias de segurança de informação no CEDSIF,IP, tendo abrangido **30** técnicos, dos quais **13** foram no âmbito de acção de indução aos novos ingressos e **17** no concernente à implementação de melhorias dos processos de Consulta e Manipulação de dados em produção.

As actividades realizadas para implementação do sistema de gestão de segurança de sistemas de informação foram extensivas à Consolidação da Reforma do SISTAFE, sendo que:

- Na componente de aprovação e implementação de política de gestão de continuidade de negócio, foi elaborado o plano de contingência para atender a pandemia do coronavírus; está em curso a elaboração do plano de recuperação das tecnologias em situação de ocorrência de desastres, incluindo a estratégia de *backup*; e
- Foram atendidos os pedidos de auditoria ao sistema (e-SISTAFE) por entidades externas.

No âmbito das actividades de comunicação e imagem, os trabalhos realizados no período em análise, contribuíram para promoção de imagem da instituição, sendo de destacar (i) actualização das páginas de Intra e Internet e elaboração de vídeos para TV corporativa (átrio); (ii) produzidos conteúdos e folhetos informativos, dísticos e *Roll-Up* sobre o Sistema de Gestão Autárquica (SGA) e disponibilizados e divulgados ao público aquando de lançamento do e-SISTAFE Autárquico, na Cidade de Maputo; (iii) realizadas actividades preparatórias para participação do CEDSIF na Feira MozTech; e (iv) dada a continuidade à elaboração do manual de procedimentos da Competência Gerir Comunicação e Imagem. Ainda na componente de comunicação e visibilidade institucional, no âmbito do Memorando de Entendimento entre a OXFAM e o CEDSIF, IP, foram desenvolvidas acções de comunicação e visibilidade das actividades realizadas, as quais compreenderam a produção e distribuição de folhetos informativos sobre as Finanças Públicas.

2.4.2 Recursos Humanos

Caracterização dos Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2020, o CEDSIF contou com um efectivo de trezentos e nove **(309)** colaboradores. Destes, duzentos e dez **(210)** são do sexo masculino e noventa e nove **(99)** do sexo feminino. Quanto à sua distribuição por nível académico, género e estrutura etária, duzentos e trinta e sete **(237)** colaboradores, equivalentes a **76,70%**, são licenciados, e a faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com cento e setenta **(170)** colaboradores, o que corresponde a **55,02%** do efectivo global da instituição, conforme ilustram as tabelas **3e 4** abaixo.

Tabela 3: Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Nível Académico e Género

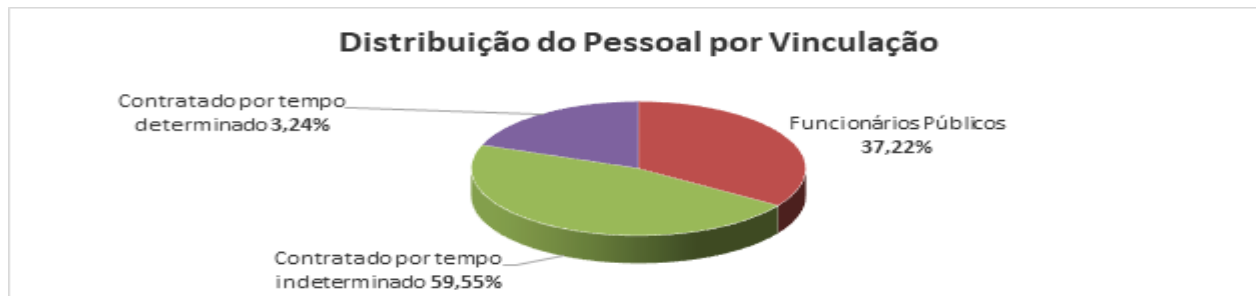
Tabela 5: Distribuição do Efeito, por Unidade Orgânica, Nível Acadêmico e Gênero																											
Nº de ord.	Unidade Orgânica	Nível Acadêmico																									
		Mestrado			Licenciatura			Bacharel			Médio Profissional			Médio Geral			Básico			Elementar			Total Geral				
		F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	%	
1	UAJ	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0.64	
2	UCI	1	1	2	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
3	DAF	0	0	0	5	4	8	0	0	0	2	1	3	1	1	2	1	5	6	0	4	4	9	15	24	7.69	
4	DAU	0	0	0	1	2	3	0	0	0	5	1	6	1	1	2	0	0	0	0	0	0	7	4	11	3.53	
5	Delegações	0	1	1	2	22	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	23	25	8.01	
6	DG	0	2	2	3	2	5	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	4	6	10	3.21	
7	DRH	0	0	0	5	2	7	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3	9	2.88	
8	Escola	0	1	1	3	2	5	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4	5	9	2.88	
9	UCGP	0	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
10	Projecto e-Tributação	0	0	0	1	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5	1.60	
10.1	Projecto SGD	0	0	0	3	3	6	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	4	4	8	2.56	
10.2	Projecto MPE	0	1	1	6	9	15	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	7	10	17	5.45	
10.3	Projecto SGA	0	0	0	4	16	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	16	20	6.41	
10.4	Projecto de Certificação digital	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0.32	
10.5	Projecto SGIFP	0	0	0	0	5	5	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	1.92	
10.6	Projecto SNGRH	0	0	0	2	8	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	8	10	3.21	
10.7	Projecto SISMP	0	0	0	2	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5	1.60	
10.8	Projecto SPO	0	0	0	2	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	1.92	
10.9	Projecto CUPA	1	0	1	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
10.1	Projecto SINEM/SINA GEC	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0.32	
10.12	Projecto e-BAÚ	0	0	0	2	6	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	8	2.56	
10.13	Projecto VIGIAM/ PLATAFORMA INTEGRADA	1	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0.96	
14	SCI	1	0	1	3	5	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5	9	2.88	
15	SDSI	0	0	0	4	28	32	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	29	33	10.58	
16	SO	0	0	0	4	18	22	0	0	0	1	2	3	0	4	4	0	0	0	0	0	0	5	24	29	9.29	
17	SOM	3	0	3	5	10	15	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	11	9	20	6.41	
18	SQC	1	0	1	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1.28	
19	SSSI	1	0	1	1	4	5	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	7	2.24	
20	UGEA	1	0	1	6	2	8	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	7	3	10	3.21	
21	UGSI	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	1.60	
	Total	10	9	19	69	170	238	0	3	3	11	9	20	6	9	13	1	7	8	0	5	5	99	210	309	99.04	

Tabela 4. *Distribuição do Efectio por Nível Académico, Género e Faixa Etária*

Nível Académico / Género	Faixas Etárias																					
	18-25			26-30			31-41			41-51			51>60			61»			Total Geral			
	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	%
Mestrado	0	0	0	0	0	0	9	6	15	1	1	2	0	3	3	0	0	0	10	10	20	6.47
Licenciatura	1	13	14	6	22	28	40	93	133	18	32	50	3	7	10	1	1	2	69	168	237	76.70
Bacharelado	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	3	4	1.29
Médio Profissional	0	0	0	0	4	4	6	3	9	6	0	6	1	1	2	0	0	0	13	8	21	6.80
Médio Geral	1	0	1	0	1	1	3	5	8	1	2	3	1	1	2	0	0	0	5	11	16	5.18
Básico	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	1	3	4	0	0	0	1	5	6	1.94
Elementar	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0		2	2	0	2	2	0	5	5	1.62
Total	2	13	15	6	27	33	59	111	170	26	36	62	6	18	24	1	3	4	99	210	309	100.00

Natureza do Vínculo laboral do Pessoal

O vínculo do pessoal em serviço no CEDSIF, IP compreende duas modalidades, nomeadamente, de contrato (a tempo determinado e a tempo indeterminado) e outra de provimento (funcionários), sendo que do universo de **309** colaboradores, dez (**10**), correspondentes a **3,24%** do pessoal contratado, são por tempo determinado, cento e oitenta e quatro (**184**), equivalente a **59,55%** por tempo indeterminado, e cento e quinze (**115**), correspondente a **37,22 %** dos Funcionários Públicos, conforme o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: **Distribuição do Pessoal por Vinculação**

A nível de formação e capacitação do pessoal, foi fortalecida a capacidade técnica dos colaboradores, tendo beneficiado de capacitação 228 colaboradores em matérias de Network Ms Windows Server 2016; Identity with windows server 2016, Securing windows server 2016, Oracle Database 12: Data Guard administration; Administration SQL Data Base Infrastructure; Provisioning SQL data Bases; Querying data with Transct – SQL; Performance Tuning and optimizing SQL Data Bases, Implementing SQLData Warehouse; Developing SQL Data Models; Analyzing Data with SQL serving reporting Services; e CNS-220I: Cetrax ADC 12.x Essentials and Traffic Management; e Microsoft Power BI, Microsoft SQL, Análise Forense e Gestão de Pessoas e de Processos de Recursos Humanos, SG Motivation and Industry Progress; Data Communication Network Basics and Development Trend Training; Cloud Computing Basics and Techonology

Training; Engine in the Digital Era: Big Data; Artificial Intelligence Cutting-Edge Technology and trends; Prevenção e Combate a Corrupção.

Face às capacitações proporcionadas aos colaboradores da instituição, espera-se que os mesmos tenham elevado a sua capacidade técnica e, por conseguinte, venham prestar melhor serviço à Instituição. Refira-se que as capacitações foram financiadas com os recursos da União Europeia e Receitas Próprias.

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2020, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, inicialmente previa **82** contratações, incluindo os transitados de 2019, tendo sido actualizado para **138**. Esta variação resultou em parte da desagregação de algumas contratações para melhor adequação aos procedimentos de contratação, e novas necessidades.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA), foram aplicadas as modalidades de contratação competitiva e de ajuste directo, tendo resultado em **77** contratos, **17** adendas e **36** prorrogações, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5: Modalidades de Contratação de Janeiro a Dezembro de 2020

Período	Modalidade de Contratação	Quantidade
Transitados de 2019	Concursos Lançados	8
	Ajustes Directos Lançados	10
	Sub-total (A)	18
2020	Concursos Lançados	69
	Ajuste Directo Lançados (incluindo adesões)	47
	Concursos por lançar	0
	Ajuste Directo por lançar	4
	Sub-total (B)	120
Total (C=A+B)		138
2020	Contratos Celebrados	77
	Adendas a Contratos	17
	Prorrogações	36
	Total (D)	130

Refira-se que a opção pela contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada, ocorrendo apenas em casos de falta de empresas alternativas para aquisição de bens e serviços. O CEDSIF, IP optou por esta modalidade de contratação em caso de empresas para, nomeadamente, prestarem serviços de manutenção à viaturas, telecomunicação móvel e fixa, serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos prestados pelo Conselho Municipal, incluindo estacionamento de viaturas, contratação de arrendamento de armazém, bem como em adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, sendo que no período em análise foram registados **47** ajustes directos e **69** concursos, conforme ilustra a tabela 6.

Tabela 6: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2020 (excluindo os transitados de 2019)

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado (MT)	%
Ajuste Directo	Manutenção de viaturas pelos agentes; contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, contratação do arrendamento de armazém, contratação de serviços de comunicação móvel e fixa com especial enfoque para rede do e-SISTAFE, nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, e face aos concursos desertos.	47	48.266.181,52	22%
Concursos	Regime Geral	69	167.653.379,51	78%
Total		116	215.919.561,03	100%

2.4.4 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, IP sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas **18** sessões, das quais **14** Ordinárias e **4** Extraordinária. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas e dinamização a materialização das acções inscritas no PAO 2020.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 Orçamento

A dotação orçamental global e actualizada do CEDSIF, IP é constituída pelo orçamento de funcionamento e de investimento, perfazendo um montante de **1.149.988.681,02 MT**.

No orçamento de funcionamento, a dotação orçamental inicial e actualizada do CEDSIF, IP para o exercício de 2020 foi de **67.500.000,00 MT**.

No orçamento de investimento, a dotação orçamental inicial do CEDSIF, IP foi de **469.400.150,00 MT**, tendo incrementado **613.088.531,02 MT**, face à inscrição de saldos transitados de 2019 para 2020 e acréscimo do orçamento, sendo que a dotação global actualizada da componente de investimento cifrou-se em **1.082.488.681,02 MT**.

A dotação orçamental de investimento comporta as componentes interna (Recursos do Tesouro e Receitas Próprias), com peso de **80,77%**, e externa (Recursos de Parceiros de Fundo Comum e da União Europeia), com **19,23%**, conforme a tabela 7.

Tabela 7: Mapa de Dotação Inicial, Actualizada, Variação Orçamental de Funcionamento e de Investimento 2020

Moeda: MT

Fonte de Recursos	Dotação Inicial (1)		Dotação Actualizada (2)		Variação Orçamental (3=2-1)	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
101000000000	258.141.130,00	54,99%	677.627.966,00	58,92%	419.486.836,00	61,64%
111CEDSIF	193.058.520,00	41,13%	251.274.208,35	21,85%	58.215.688,35	8,55%
Total de Componente Interna	451.199.650,00	96,12%	928.902.174,35	80,77%	477.702.524,35	70,19%
133FCSISTAFE	-	0,00%	75.003.210,62	6,52%	75.003.210,62	11,02%
134BEL-CDSIF	-	0,00%	3.563.106,37	0,31%	3.563.106,37	0,52%
134UE-CDSIF2	18.200.500,00	3,88%	134.902.115,06	11,73%	116.701.615,06	17,15%
134UE-CEDSIF	-	0,00%	7.618.074,62	0,66%	7.618.074,62	1,12%
Total de Componente Externa	18.200.500,00	3,88%	221.086.506,67	19,23%	202.886.006,67	29,81%
TOTAL	469.400.150,00	100,00%	1.149.988.681,02	100,00%	680.588.531,02	100,00%

Da dotação actualizada de **1.149.988.681,02 MT**, no período de Janeiro a Dezembro de 2020, o CEDSIF, IP executou **913.936.125,61MT** (**67.302.434,28MT** do Orçamento de Funcionamento, e **846.633.691,33 MT** do Orçamento de Investimento), o que equivale a **79,47%** de dotação global actualizada, conforme indica a tabela 8. Este nível de execução orçamental foi influenciado pelos seguintes factores: **(i)** a eclosão da pandemia da COVID 19, que impossibilitou a realização de algumas das actividades que absorviam parte significativa dos recursos inscritos no PAO 2020, sendo de destacar a Reunião Nacional de SISTAFE (RNS), consultoria para a elaboração do Plano

Estratégico das Finanças Públicas 2020-2024, formação dos formadores e utilizadores do e-SISTAFE, capacitação dos colaboradores do CEDSIF, IP, deslocações a nível do país, no âmbito da realização de auditorias internas, participação em feiras e exposições anuais para a publicitação dos produtos e actividades do CEDSIF,IP, aquisição de equipamento informático de escritório, bem como a recepção na sua totalidade e realização de toda a cablagem prevista, no âmbito da criação dos os laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional; **(ii)** dificuldade reveladas pelos fornecedores no cumprimento da regra de origem da União Europeia, no âmbito de fornecimento dos equipamentos financiados por esta organização, o que obrigou a solicitar a União Europeia a derrogação da mesma regra de origem, e como consequência a morosidade do processo e a entrega tardia do equipamento.

Tabela 8: Mapa de Execução do Global do CEDSIF, IP - 2020

Moeda: MT

Fonte de Recursos	Dotação Inicial (1)		Dotação Actualizada (2)		Variação Orçamental (3=2-1)		Execução (4)		Saldo da Dotação (5=2-4)		Grau de Execução (6=4/2)
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
101000000000	258.141.130,00	54,99%	677.627.966,00	58,92%	419.486.836,00	61,64%	652.955.788,77	71,44%	24.672.177,23	10,45%	96,36%
111CEDSIF	193.058.520,00	41,13%	251.274.208,35	21,85%	58.215.688,35	8,55%	139.950.823,96	15,31%	111.323.384,39	47,16%	55,70%
Total de Componente Interna	451.199.650,00	96,12%	928.902.174,35	80,77%	477.702.524,35	70,19%	792.906.612,73	86,76%	135.995.561,62	57,61%	85,36%
133FCSISTAFE	-	0,00%	75.003.210,62	6,52%	75.003.210,62	11,02%	66.071.593,94	7,23%	8.931.616,68	3,78%	88,09%
134BEL-CDSIF	-	0,00%	3.563.106,37	0,31%	3.563.106,37	0,52%	194.247,60	0,02%	3.368.858,77	1,43%	5,45%
134UE-CDSIF2	18.200.500,00	3,88%	134.902.115,06	11,73%	116.701.615,06	17,15%	50.965.471,33	5,58%	83.936.643,73	35,56%	37,78%
134UE-CDSIF	-	0,00%	7.618.074,62	0,66%	7.618.074,62	1,12%	3.798.200,01	0,42%	3.819.874,61	1,62%	49,86%
Total de Componente Externa	18.200.500,00	3,88%	221.086.506,67	19,23%	202.886.006,67	29,81%	121.029.512,88	13,24%	100.056.993,79	42,39%	54,74%
TOTAL	469.400.150,00	100,00%	1.149.988.681,02	100,00%	680.588.531,02	100,00%	913.936.125,61	100,00%	236.052.555,41	100,00%	79,47%

Na componente interna, a fonte de recurso de tesouro foi executada em **96,36%** da dotação actualizada, no pagamento das despesas de salários e remunerações, renovações das licenças de Base de Dados e de e-Tributação, bem como, das comunicações relativas ao funcionamento de e-SISTAFE.

A fonte de recursos de receitas próprias foi executada em **55,70%** da sua dotação actualizada. Este nível de execução resultou da não realização de algumas das actividades previstas, tais como as deslocações a nível do país, no âmbito da realização de auditorias internas, a participação em feiras e exposições anuais para a publicitação dos produtos e actividades do CEDSIF,IP, aquisição de equipamento informático de escritório; transição de execução e pagamento do contrato de prestação de serviços de auditoria externa para as contas do exercício económico de 2020, bem como do contrato de visibilidade celebrado em Dezembro de 2020, para o ano 2021; e a reabilitação do edifício da Delegação de Nampula.

Também se reflectiu negativamente na execução do orçamento, o não pagamento das seguintes despesas: consultoria do Projecto Sistema de Gestão Autárquica (SGA), bem como a deslocação de técnicos deste projecto, no âmbito da sua expansão a nível nacional; consultoria relativa ao Projecto Sistema Informático de Suporte às Funções Jurisdicionais do Ministério Público; e aquisição de equipamento para o Projecto Sistema de Gestão de Custos de Construção.

Na componente externa o nível de execução da dotação actualizada foi de **54,74%**. A execução foi influenciada pelo facto de não terem sido realizadas as despesas, relativas às seguintes actividades, face ao seu incumprimento: Reunião Nacional de SISTAFE (RNS), consultoria para elaboração do Plano Estratégico das Finanças Públicas 2020-2024, formação dos formadores e utilizadores do e-SISTAFE, capacitação dos colaboradores do CEDSIF, IP, recepção da totalidade do equipamento dos laboratórios e realização de toda a cablagem prevista, no âmbito da criação dos laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional. Tiveram também influencia no nível de execução desta fonte de recurso, como referido acima, a dificuldade de os fornecedores cumprirem com a regra de origem da União Europeia.

3.2. Demonstrativo Consolidado do Orçamento de Funcionamento

No orçamento de funcionamento, foi disponibilizado para o CEDSIF, IP o montante de **67.302.434,28 MT** no período de Janeiro a Dezembro de 2020, tendo o mesmo sido executado em despesas de comunicações relativas ao funcionamento de e-SISTAFE. O valor executado equivale a **99,71%** da dotação actualizada do orçamento de funcionamento que é de **67.500.000,00 MT**.

3.3. Demonstrativo Consolidado do Orçamento de Investimento

3.3.1. Saldo Inicial

O CEDSIF, IP, transitou do exercício económico de 2019 para 2020, com o saldo financeiro de **277.933.522,29 MT**, conforme ilustra a tabela 9 seguinte:

Tabela 9: Saldo inicial do CEDSIF, IP no ano de 2020

Moeda: MT		
Descrição	Nota	Valor
1. Valores em MT	Tabela 10.1	137.397.044,66
2. Valores em MT Convertidos de USD	Tabela 10.2	101.423.165,20
3. Valores em MT Convertidos de EUR	Tabela 10.3	39.113.312,43
4. Total (1+2+3)		277.933.522,29

Tabela 9.1: Saldo inicial do CEDSIF, IP Detalhado - MT

Moeda: MT	
Descrição	Valor
Tesouro – MZN 133FCSISTAFE	13.320.190,45
Tesouro – MZN 134UE–CEDSIF	5.755.855,44
Tesouro – MZN 134UE–CEDSIF2	17.117.339,76
BCI – CEDSIF – MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	15.009.084,79
BIM – CEDSIF – MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	906.440,00
CEDSIF – Receita, NIB n.º 0000.2210.5257.519.00.4.29, Conta n.º 5257.519.00.4	11.006.895,00
111CEDSIF–Receitas Próprias	70.627.490,51
134BEL–CEDSIF	3.563.106,37
134IRLCEDSIF	90.642,34
Total	137.397.044,66

Tabela 9.2: Saldo inicial do CEDSIF, IP Detalhado – USD e MT

Moeda: USD e MT			
Descrição	Valor em USD	Câmbio	Valor em MT
Tesouro – USD 133FCSISTAFE	414.909,52	63,78	26.462.929,19
Tesouro – USD 134UE–CEDSIF2	1.175.293,76	63,78	74.960.236,01
Total	1.590.203,28		101.423.165,20

Tabela 9.3: Saldo inicial do CEDSIF, IP Detalhado – EUR e MT

Moeda: EUR e MT			
Descrição	Valor em EUR	Câmbio	Valor em MT
Tesouro – 133FCSISTAFE	565.775,22	68,78	38.914.019,63
Tesouro – 134UE–CEDSIF2	2.897,49	68,78	199.289,36
Tesouro – 134IRLCEDSIF	0,05	68,78	3,44
Total	568.672,76		39.113.312,43

3.3.2. Entradas Registadas de Janeiro a Dezembro de 2020

No período em análise, o CEDSIF, IP foi dotado de recursos financeiros no valor de **1.175.499.896,37 MT**, provenientes das seguintes fontes de recursos:

- **652.955.788,77 MT**, recursos de tesouro;
- **197.107.391,11 MT**, receitas próprias; e
- **289.659.179,37 MT**, parceiros de cooperação (Itália - **USD 333.526,02**), e da União Europeia (União Europeia - **USD 3.523.457,90**); e
- **35.777.537,13 MT**, provém de variações cambiais resultantes de valorização do metical, compra e venda de moeda transferências a varias entidades (Delegações Provinciais do CEDSIF, IP e Inspeção Geral de Finanças).

Tabela 10: Entradas de Recursos Financeiros de 2020

Moeda: MT

Descrição	Total das Entradas do ano 2019 (1)	Total das Entradas do ano 2020 (2)	Variação (3=2-1)
Letshego	48.467.150,00	56.853.723,00	8.386.573,00
Movitel	162.000,00	162.000,00	-
Banco +	8.724.460,00	10.590.199,00	1.865.739,00
BayPort	61.836.550,00	60.312.191,00	(1.524.359,00)
MozaBanco (Transações)	2.248.777,84	4.490.211,27	2.241.433,43
INTIC (INAGE) (Renda)	220.000,00	220.000,00	-
Tribunal Aduaneiro (Renda)		605.000,00	605.000,00
BCI	20.502.400,00	20.910.250,00	407.850,00
Escola do CEDSIF	79.117,00	30.125,00	(48.992,00)
MBC - Opportunity Bank - Mybucks	23.636.210,00	15.913.766,00	(7.722.444,00)
BIM	8.017.965,00	5.630.088,00	(2.387.877,00)
Outros Proveitos Financeiros (Juros)	367.895,66	83.410,97	(284.484,69)
Xtenda Finanças	185.510,00	1.031.077,00	845.567,00
Bolsa de Valores de Moçambique-BVM	981.487,82	2.887.684,88	1.906.197,06
ECOBANK	16.745,00	1.425.307,00	1.408.562,00
BancABC	12.325,00	52.785,00	40.460,00
Matola Capital	100.000,00		(100.000,00)
Sanlam	37.995,00	106.454,00	68.459,00
FAO-MASA		1.653.000,00	1.653.000,00
UBA		19.797,00	19.797,00
Standard Bank		100.000,00	100.000,00
SERV CREDIT		239.865,00	239.865,00
Yamukela Microcrédito		100.000,00	100.000,00
Churi Microcrédito		100.000,00	100.000,00
VIGIAM		1.394.887,26	1.394.887,26
FFH		11.220,00	11.220,00
CUPA		2.433.612,73	2.433.612,73
Diversas Entradas		9.750.737,00	9.750.737,00
1.TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	175.596.588,32	197.107.391,11	21.510.802,79
Governo FR 101RT - Funcionamento		67.302.434,28	67.302.434,28
Governo FR 101RT - Investimento	551.859.635,88	585.653.354,49	33.793.718,61
2.GOVERNO	551.859.635,88	652.955.788,77	101.096.152,89
Italia (USD -333,526,02)		23.180.058,39	23.180.058,39
Dinamarca	119.114.458,31		(119.114.458,31)
União Europeia (USD 333.526,02)		266.479.120,98	266.479.120,98
3.DESEMBOLSOS DOS PARCEIROS	119.114.458,31	289.659.179,37	170.544.721,06
Diversas Entradas	371.870,28	35.777.537,13	35.405.666,85
4.DIVERSOSCEIROS	371.870,28	-	(371.870,28)
5.GLOBAL (1+2+3+4)	846.942.552,79	1.175.499.896,37	328.557.343,58

No período em análise, e conforme a tabela acima, nota-se por um lado, a tendência crescente na arrecadação de receitas próprias do CEDSIF, IP, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento de novas fontes de geração de receita, e, por outro lado, é notável a

redução de recursos financeiros proveniente dos parceiros de cooperação, em resultado do término da vigência do Fundo Comum do SISTAFE.

3.3.3. Execução Orçamental de Investimento

Da dotação orçamental actualizada, no montante de **1.082.488.681,02 MT**, foi executado no período de Janeiro a Dezembro de 2020, o valor de **846.633.691,33 MT**, correspondente a um nível de execução orçamental de despesas de **78,21%**, conforme ilustram as tabelas **11** e **12** seguintes.

Tabela 11: Execução da Despesa por Fonte de Recurso

Moeda: MT

Fonte de Recursos	Dotação Inicial (1)		Dotação Actualizada (2)		Variação Orçamental (3=2-1)		Execução (4)		Saldo da Dotação (5=2-4)		Grau de Execução (6=4/2)
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
101000000000	258.141.130,00	54,99%	610.127.966,00	56,36%	351.986.836,00	57,41%	585.653.354,49	69,17%	24.474.611,51	10,38%	95,99%
111CEDSIF	193.058.520,00	41,13%	251.274.208,35	23,21%	58.215.688,35	9,50%	139.950.823,96	16,53%	111.323.384,39	47,20%	55,70%
Total de Componente Interna	451.199.650,00	96,12%	861.402.174,35	79,58%	410.202.524,35	66,91%	725.604.178,45	85,70%	135.797.995,90	57,58%	84,24%
133FCSISTAFE	-	0,00%	75.003.210,62	6,93%	75.003.210,62	12,23%	66.071.593,94	7,80%	8.931.616,68	3,79%	88,09%
134BEL-CDSIF	-	0,00%	3.563.106,37	0,33%	3.563.106,37	0,58%	194.247,60	0,02%	3.368.858,77	1,43%	5,45%
134UE-CDSIF2	18.200.500,00	3,88%	134.902.115,06	12,46%	116.701.615,06	19,04%	50.965.471,33	6,02%	83.936.643,73	35,59%	37,78%
134UE-CDSIF	-	0,00%	7.618.074,62	0,70%	7.618.074,62	1,24%	3.798.200,01	0,45%	3.819.874,61	1,62%	49,86%
Total de Componente Externa	18.200.500,00	3,88%	221.086.506,67	20,42%	202.886.006,67	33,09%	121.029.512,88	14,30%	100.056.993,79	42,42%	54,74%
TOTAL	469.400.150,00	100,00%	1.082.488.681,02	100,00%	613.088.531,02	100,00%	846.633.691,33	100,00%	235.854.989,69	100,00%	78,21%

Tabela 12: Execução por Classificação Económica da Despesa

Moeda: MT

Descrição	Dotação Inicial (1)		Dotação Actualizada (2)		Variação Orçamental (3=2-1)		Execução (4)		Saldo da Dotação (5=2-4)		Grau de Execução (6=4/2)
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
Salário e Remunerações	270.100.480,00	57,54%	483.266.082,81	44,64%	213.165.602,81	34,77%	472.602.405,69	55,82%	10.663.677,12	4,52%	97,79%
Demais Despesas Com Pessoal	18.571.900,00	3,96%	15.743.067,44	1,45%	(2.828.832,56)	-0,46%	2.957.000,00	0,35%	12.786.067,44	5,42%	18,78%
Bens	17.552.100,00	3,74%	26.259.884,60	2,43%	8.707.784,60	1,42%	11.588.397,45	1,37%	14.671.487,15	6,22%	44,13%
Serviços	112.854.000,00	24,04%	362.101.739,38	33,45%	249.247.739,38	40,65%	203.012.069,78	23,98%	159.089.669,60	67,45%	56,06%
Transferências Correntes	50.000,00	0,01%	50.000,00	0,00%	-	0,00%	20.000,00	0,00%	30.000,00	0,01%	40,00%
Obra	16.750.000,00	3,57%	11.559.991,31	1,07%	(5.190.008,69)	-0,85%	6.931.434,08	0,82%	4.628.557,23	1,96%	59,96%
Maquinário Equipamneto e Mobiliário	16.667.990,00	3,55%	88.895.717,12	8,21%	72.227.727,12	11,78%	56.474.497,77	6,67%	32.421.219,35	13,75%	63,53%
Meios Circulantes	15.853.680,00	3,38%	15.853.680,00	1,46%	-	0,00%	15.788.091,70	1,86%	65.588,30	0,03%	99,59%
Demais Bens de Capital	1.000.000,00	0,21%	78.758.518,36	7,28%	77.758.518,36	12,68%	77.259.794,86	9,13%	1.498.723,50	0,64%	98,10%
TOTAL	469.400.150,00	100,00%	1.082.488.681,02	100,00%	613.088.531,02	100,00%	846.633.691,33	100,00%	235.854.989,69	100,00%	78,21%

Salários e Remunerações do Pessoal

No período em análise, foi executado o valor de **472.602.405,69 MT**, correspondente a **55,82%** do peso orçamental, e **97,79%** da execução orçamental da despesa na respectiva rubrica.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução da despesa nesta rubrica foi de **2.957.000,00 MT**, o que corresponde a **0,35%** do peso orçamental, cujo nível de execução atingiu **18,78%**, para as despesas de subsídios de comunicação

e combustível para os membros do Conselho de Direcção do CEDSIF, IP, bem como de ajudas de custo para dentro e fora do país. Refira-se que com o surgimento da pandemia do COVID19, as deslocações em viagens de serviço ficaram condicionadas, facto que desacelerou a execução desta despesa.

Bens

Esta componente de despesas compreendeu gastos com combustível, bens para manutenção de móveis, imóveis e material de consumo para escritório, teve uma execução total de **11.588.397,45 MT**, o que corresponde a **1,37%** do peso orçamental, e cerca de **44,13%** de sua execução orçamental.

Serviços

A rubrica de serviços compreende o pagamento de despesa de manutenção, reparação de bens imóveis e rendas. A sua execução foi de **203.012.069,78 MT**, o que corresponde a **23,98%** do peso orçamental, e **56,06%** de execução orçamental de dotação disponível para esta rubrica.

Obras

Nesta rubrica, registou-se uma execução no valor de **6.931.434,08 MT**, o que corresponde a **0,82%** do peso orçamental, e um nível de execução de **59,96%** do seu orçamento. As despesas liquidadas são relativas à reabilitação e requalificação da Sobreloja ala A.

Máquinas, Equipamento e Mobiliário

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa nesta rubrica, compreendeu a aquisição de equipamento, tendo tido uma execução globalizada de **56.474.497,77 MT**, o que corresponde a **6,67%** do peso orçamental, e **63,53%** da execução da despesa prevista nesta rubrica.

Meios Circulantes

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa nesta rubrica, compreendeu a aquisição de viatura para melhoramento dos serviços de transporte da instituição, tendo tido uma execução globalizada de **15.788.091,7 MT**, o que corresponde a **1,86%** do peso orçamental, e **99,59%** da execução da despesa prevista nesta rubrica.

Bens de Capital

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa foi de **77.259.794,86 MT**, nesta rubrica, o que corresponde a **9,13%** do peso orçamental, e **98,10%** da execução da sua despesa.

3.4. Saldo Financeiro a 31 de Dezembro de 2020

O CEDSIF, IP iniciou exercício económico de 2020 com saldo financeiro de **277.933.522,29 MT**, e durante o período recebeu o montante de **1.175.499.896,37 MT**, proveniente das Receitas Próprias, Recursos do Tesouro e desembolsos dos Parceiros de Cooperação, de variações cambiais resultantes de valorização do metical, compra e venda de moeda transferências a varias entidades (Delegações Provinciais do CEDSIF, IP e Inspeção Geral de Finanças). O valor de saída foi de **916.110.367,02MT**, de execução das despesas, por via directa, adiantamento de fundos e Off-Cut. Assim sendo, o saldo final financeiro do CEDSIF, IP a 31 de Dezembro de 2020, foi de **537.323.051,64MT**, conforme ilustram as tabelas 13 e 14 seguinte.

O saldo deriva do facto de CEDSIF, IP ter recebido os recursos dos parceiros em Dezembro de 2020 e de não ter executado **20,53%** da dotação actualizada de 2020.

Tabela 13: MOAF do CEDSIF, IP de 2020

Moeda: MT					
Origem			Aplicação		
Descrição	Detalhe	Valor	Descrição	Detalhe	Valor
Saldo Inicial		277.933.522,29	Despesas de 2020		916.110.367,02
			Despesas na CUT	913.936.125,61	
Entradas do Período		1.139.722.359,25	Despesas na Off- CUT	2.174.241,41	
Receitas Próprias	197.107.391,11				
Governo	652.955.788,77				
Parceiros	289.659.179,37				
Variações do período		35.777.537,13			
Total		1.453.433.418,66	Total		916.110.367,02
			Saldo		537.323.051,64
Global		1.453.433.418,66	Global		1.453.433.418,66

Tabela 14: Saldo Financeiro Detalhado

Moeda: MT		
Descrição	Nota	Valor
1. Valores em MT	Tabela 15.1	227.967.332,08
2. Valores em MT Convertidos de USD	Tabela 15.2	308.017.443,26
3. Valores em MT Convertidos de EUR	Tabela 15.3	1.338.276,31
4. Total (1+2+3)		537.323.051,64

Tabela 14.1: Saldo Financeiro Detalhado - MT

Moeda: MT	
Descrição	Valor
Tesouro - 133FCSISTAFE	5.049.316,48
Tesouro - 134UE-CEDSIF	1.289.126,09
Tesouro - 134UE-CEDSIF2	34.825.294,08
BCI - CEDSIF - Conta 0008 0000 53737613101 80	6.668.095,89
CEDSIF - Receita, NIB n.º 0000.2210.5257.519.00.4.29, Conta n.º 5257.519.00.4	6.666.927,41
CEDSIF - Despesas, NIB n.º 0000.2210.5256.519.00.6.07, Conta n.º 5256.519.00.6	67.659.228,20
111CEDSIF-Receitas Próprias	102.440.485,16
134BEL-CEDSIF	3.368.858,77
Total	227.967.332,08

Tabela 14.2: Saldo Financeiro Detalhado - USD e MT

Moeda: USD e MT

Descrição	Valor em USD	Câmbio	Valor em MT
Tesouro - 133FCSISTAFE	519.732,90	74,90	38.927.994,2
BM – CEDSIF	3.542.295,00	74,90	265.317.895,50
Tesouro -134UE-CDSIF2	50.354,52	74,90	3.771.553,55
Total	4.112.382,42		308.017.443,26

Tabela 14.3: Saldo Financeiro Detalhado – EUR e MT

Moeda: EUR e MT			
Descrição	Valor em EUR	Câmbio	Valor em MT
Tesouro - EUR 133FCSISTAFE	8.161,93	92,02	751.060,80
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	6.381,39	92,02	587.215,51
Total	4.112.382,42		1.338.276,31

4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação da implementação do PAO 2020 do CEDSIF, IP é positiva tendo em conta que as acções realizadas em 2020 tiveram impacto visível na gestão financeira do Estado, com destaque para: (i) dados passos significativos na melhoria do processo de Planificação e Orçamentação do Estado com o desenvolvimento do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO); (ii) melhorado o processo de execução da despesa do Estado com reflexo no aumento das transações realizadas no e-SISTAFE de forma rápida e segura; (iii) elevada a qualidade dos serviços de administração do património do Estado, envolvendo um maior o número de instituições públicas na execução da despesa com base no Módulo de Administração do Património do Estado (MPE); (iv) registados progressos rumo à finalização do e-Tributação, pois já são geridos mais impostos através desta aplicação informática; (v) melhorado o processo de administração financeira das autarquias, como consequência da operacionalização do Sistema de Gestão Autárquica (SGA) na componente de Gestão Financeira em **3** autarquias que já iniciaram a execução via e-SISTAFE Autárquico e em outras **13** Autarquias adicionais que prepararam o seu orçamento de 2021 no e-SISTAFE Autárquico; (vi) disponibilizada a informação para a Gestão das Finanças Públicas, permitindo diversas análises de suporte ao processo gerencial e de formulação de políticas públicas com base no Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP) suportado por ferramentas do Business Intelligence (BI); e (vii) dado prosseguimento a melhoria do processo de gestão dos recursos humanos do Estado com a implementação do e-SNGRHE.

Refira-se que as realizações acima resultaram da implementação do Plano de Actividades e Orçamento de 2020, que previa a realização de **71** actividades das quais **59** foram concluídas, o que corresponde a **83,09%**, conforme ilustra a tabela 15 que se segue.

Tabela 15: Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2020

Objectivo Estratégico	Actividades do PAO 2020		
	Planificadas (D)	Concluídas (E)	% (E/D)
A. Consolidar a Reforma do SISTAFE	12	7	58,33%
B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	14	11	78,57%
C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	11	9	81,82%
D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	34	32	94,12%
Total	71	59	83,09%

Analizada a tabela, nota-se, por um lado, que a maior parte das actividades em referência, por objectivo e ordem decrescente, garantiram o funcionamento da instituição e a consolidação da reforma do SISTAFE e, por outro lado, das **12** actividades cuja conclusão devia ocorrer no período em apreço, **10** estavam em execução e **2** não haviam sido iniciadas, e são as seguintes:

Actividades que haviam sido previstas para 2020 e que se encontram em execução:

Elaborar o Plano Estratégico do CEDSIF, IP 2020-2024;

- Enquadrar o pessoal do CEDSIF, IP nas Carreiras Profissionais (aguarda-se pela aprovação dos instrumentos que iriam permitir o enquadramento dos colaboradores nas carreiras profissionais, o que só ocorreu em finais de 2020);
 - Realizar acções de capacitação dos colaboradores do CEDSIF que estavam previstas (Devido a Pandemia do COVID 19);
 - Expandir e criar laboratórios do e-SISTAFE;
 - Renovar a Infraestrutura de Flexpod (aguardava pela assinatura da Adenda 2 da Subvenção da União Europeia, o que só ocorreu em Dezembro de 2020); e
 - Migrar o Módulo da Gestão da Dívida do actual sistema CS-DRMS para o Meridiam, ambos da *Commonwealth*;
 - Elaborar a proposta do Orçamento de 2022 no MPO;
 - Customizar e operacionalizar o Módulo de Gestão e Tramitação Processual (MGTP);
 - Desenvolver e operacionalizar as funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID);
- e

- Elaborar o Manual de Apoio ao utilizador e formar os utilizadores do Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais.

Actividades não Iniciadas:

- Participar em feiras e exposições anuais para a publicitação dos produtos e actividades do CEDSIF, IP (devido a pandemia do COVID 19); e
- Realizar a II Reunião Nacional do SISTAFE (Recalendarizada para o ano de 2024).

5. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2021

As perspectivas de execução do PAO 2021 estão focalizadas no fortalecimento da capacidade institucional do CEDSIF, IP, consolidação das reformas implementadas no âmbito da Gestão das Finanças Públicas, prosseguimento do desenvolvimento dos Módulos dos Subsistemas previstos na Lei do SISTAFE. As principais actividades programadas são as seguintes, entre outras:

I. No âmbito da disponibilização do e-SISTAFE e da consolidação das Reformas do SISTAFE já implementadas

- Consolidar a Infraestrutura de Tecnologias de Informação do Centro de Dados;
- Dar continuidade a fusão das Redes GovNet e e-SISTAFE;
- Dar continuidade a implementação do e-SISTAFE na VPN;
- Criar e/ou reforçar os laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional;
- Formar os formadores e utilizadores do e-SISTAFE, à distância com base no e-Learnig;
- Prosseguir a implementação de melhorias correctivas e evolutivas dos Módulos do e-SISTAFE;
- Modernizar os processos de credenciamento e desbloqueio de utilizadores do e-SISTAFE;
- Conceber e desenvolver as melhorias da Programação Financeira e Gestão da Tesouraria; e
- Adequar o e-SISTAFE para uso pelos Órgãos de Governação Descentralizada.

II. No âmbito da conclusão das reformas previstas no SISTAFE

- Migrar o Módulo de Gestão da Dívida Pública do actual sistema CS-DRMS para o Meridiam;

- Prestar serviços de consultoria nas áreas de reforma estratégica e de inovação de sistemas de Informação, no âmbito de melhoria de processos e operação de sistemas de informação, e de serviços de adequação de sistemas antes da sua implementação;
- Desenvolver e disponibilizar o Módulo de Gestão de Folhas Salários (MGF);
- Operacionalizar os Pagamento das Despesas Estatais directamente aos credores, por via das Instituições de Moeda Electrónica;
- Operacionalizar o Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO) com a elaboração do PESOE 2022 no referido módulo;
- Dar continuidade à expansão do Sistema de Gestão Autárquico para outras autarquias, concluir o desenvolvimento do Módulo de Gestão de Receitas Autárquicas e operacionalizá-lo;
- Desenvolver e disponibilizar as funcionalidades de modalidades de contratação pública no Módulo do Património do Estado (MPE), operacionalizar o concurso por Lances e o Portal de Contratações Públicas para o público;
- Garantir a disponibilidade e manutenção do e-Tributação com vista a operacionalizar a última entrega do sistema (entrega 3), que compreende as funcionalidades de gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, Imposto de Selo entre outros cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns referentes a auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de juízo de execuções fiscais, gestão de casos de falência, gestão de processo de transgressão e contencioso; e
- Concluir o desenvolvimento das funcionalidades do Módulo de Controlo Interno (MCI) e disponibilizá-las para utilização pela Inspecção-Geral de Finanças e outras entidades de Auditoria e Controlo Interno.

III. No âmbito dos Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Expandir o e-SNGRHE para todos órgãos e instituições do Estado e adaptar o e-SNGRHE às Autarquias;
- Gerir os pagamentos dos beneficiários da segurança social básica do Instituto de Segurança Social (INAS), recorrendo à integração do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) com o e-SISTAFE;

- Desenvolver e operacionalizar o Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP), incluindo a elaboração do respectivo Manual de Apoio ao Utilizador;
- Concluir o desenvolvimento do Sistema de Informação de Mercado e Negociação de Mercadorias;
- Desenvolver a Plataforma Integrada de Gestão, Promoção e Comercialização de Destinos Turísticos de Moçambique para o Instituto Nacional do Turismo (INATUR);
- Desenvolver as funcionalidades do e-BAU relativas ao licenciamento de Actividades Económicas; e
- Desenvolver e disponibilizar o Sistema de Pagamentos ao Estado.

IV. No âmbito do funcionamento e desenvolvimento do CEDSIF, IP

- Operacionalizar os instrumentos legais que estabelecem as normas de organização e funcionamento do CEDSIF, como Instituto Público;
- Efectuar o enquadramento dos colaboradores do CEDSIF de acordo com a estrutura do CEDSIF, IP;
- Concluir e aprovar o Plano Estratégico do CEDSIF 2021-2024;
- Dar continuidade a implementação do Sistema de Gestão de Qualidade, incluindo a realização de auditoria externa para a obtenção do Selo pela Norma ISO 9001:2015;
- Dar continuidade a implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação, incluindo a realização de auditoria externa para a obtenção do Selo pela Norma ISO 27001; e
- Actualizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em função da sua evolução, garantindo o funcionamento do CEDSIF, IP.

V. Serviços Diversos

- Disponibilizar as instituições financeira o Serviço de Retenção na fonte de descontos não obrigatório dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE); e
- Implementar os serviços de Certificação Digital aos Órgãos e Instituições do Estado e Sector Privado.

6. ANEXOS

Anexo I: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades de 2020.

Anexo II: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2020.

Anexo III: Mapa das Capacitações.